

**ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

**CMG ANDRÉ MORAES BARROS**

**A AUKUS E A NOVA ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO:  
Implicações na Marinha Real Australiana e reflexões para a Marinha  
do Brasil**

Rio de Janeiro

2024

CMG ANDRÉ MORAES BARROS

**A AUKUS E A NOVA ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO:  
Implicações na Marinha Real Australiana e reflexões para a Marinha  
do Brasil**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

Orientador: CMG (RM1) Emilio Reis Coelho

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus pela saúde e sabedoria concedidas ao longo desta singradura.

Às minhas maiores alegrias, a querida esposa Cinthia e os filhos Felipe, Gabriel e Daniel, por suas constantes demonstrações de amor, apoio, paciência e incentivo, especialmente durante a fase de desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais Luiz e Regina, irmãs Alessandra e Flávia e demais familiares por todos os sacrifícios enfrentados e pela incansável dedicação, permitindo que eu navegasse com segurança desde o início da minha carreira.

À Marinha do Brasil e à Escola de Guerra Naval pelo meu desenvolvimento pessoal e profissional. Em particular, aos Professores, Instrutores e Comandantes, de ontem e de hoje, pelos ensinamentos e exemplos compartilhados.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pela sugestão do objeto de estudo, além do incentivo, cuidado e atenção nos momentos em que tive dúvidas ou dificuldades.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt, chefe naval de antigos conveses, pelo suporte acadêmico na relevante e fascinante temática da estratégia naval contemporânea.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Emilio Reis Coelho, por suas orientações e ajustes de rumo sempre significativos e oportunos.

Ao Capitão de Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, por sua incessante dedicação aos Oficiais-Alunos, pelo estímulo acadêmico e pela atenção na condução metodológica.

Aos companheiros da Turma C-PEM 2024, ao Encarregado do Curso, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alexandre Motta de Sousa, e à sua equipe, pelas amizades cultivadas e pelas valiosas trocas de experiências.

Aos amigos da Turma “Almirante Lúcio Meira” e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado.

*Something must be left to chance;  
nothing is sure in a sea fight.*

— Almirante Horatio Nelson

## RESUMO

A presente tese investiga a parceria de segurança trilateral AUKUS entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, no contexto da Nova Estratégia da Contenção no Indo-Pacífico, a partir da segunda década do século 21. A pesquisa tem como objetivos compreender a Nova Estratégia da Contenção diante da assertividade chinesa, analisar a AUKUS com particular interesse na estratégia de emprego dos Submarinos Convencionalmente Armados de Propulsão Nuclear (SCPN) e, com base em teóricos da estratégia naval contemporânea, como Ian Speller e Milan Vego, identificar reflexões e ensinamentos aplicáveis à Marinha do Brasil quanto ao emprego do SCPN nacional, inserido em uma estratégia marítima para o Atlântico Sul. Conclui-se que, enquanto EUA e Reino Unido veem a AUKUS como instrumento de contenção ao poderio chinês, a Austrália utiliza a parceria para implementar a “Strategy of Denial” (SOD), garantindo acesso a tecnologias avançadas, especialmente em capacidades submarinas. Os SCPN terão papel primordial, combatendo adversários fora do alcance das forças aéreas e mísseis baseados no continente, contribuindo para uma defesa em camadas. Analogamente, a Marinha do Brasil pode adotar uma estratégia marítima no Atlântico Sul baseada em arcos concêntricos e na “Força de Desgaste” composta por submarinos convencionais e de propulsão nuclear.

**Palavras-chave:** AUKUS. Nova Estratégia da Contenção. Indo-Pacífico. Submarinos Convencionalmente Armados de Propulsão Nuclear (SCPN). Estratégias Navais Contemporâneas. Ian Speller. Milan Vego. Strategy of Denial (SOD). Negação do Mar.

## **ABSTRACT**

### **The AUKUS and the New Containment Strategy: Implications for the Royal Australian Navy and reflections for the Brazilian Navy**

The present thesis investigates the trilateral security partnership AUKUS between Australia, United Kingdom and United States, in the context of the New Containment Strategy in the Indo-Pacific from the second decade of the 21st century. The research aims to understand the New Containment Strategy in the face of Chinese assertiveness, analyze AUKUS with particular interest in the strategy of employing nuclear-powered attack submarines, and, based on contemporary naval strategy theorists like Ian Speller and Milan Vego, identify reflections and lessons applicable to the Brazilian Navy regarding the strategy for employing national nuclear-powered attack submarine within a maritime strategy for the South Atlantic. It concludes that while the United States and the United Kingdom view AUKUS as an instrument to contain Chinese power, Australia uses the partnership to implement the "Strategy of Denial" (SOD), ensuring access to advanced technologies, especially in submarine capabilities. The nuclear-powered attack submarines will play a crucial role, attacking adversaries beyond the reach of air forces and land-based missiles, contributing to a layered defense. Similarly, the Brazilian Navy can adopt a maritime strategy in the South Atlantic based on concentric arcs and a "Force of Attrition" composed of conventional and nuclear-powered attack submarines.

**Keywords:** AUKUS. New Containment Strategy. Indo-Pacific. Nuclear-Powered Attack Submarine. Contemporary Naval Strategies. Ian Speller. Milan Vego. Strategy of Denial (SOD). Sea Denial.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                                                       |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A2/AD    | Antiacesso/Negação de Área (o mesmo que <i>Anti-Acess/Area-Denial</i> ).                              |
| AJB      | Águas Juridicionais Brasileiras                                                                       |
| ASEAN    | Associação de Nações do Sudeste Asiático (o mesmo que <i>Association of Southeast Asian Nations</i> ) |
| ASM      | Míssil Antinavio (o mesmo que <i>Anti-Ship Missile</i> )                                              |
| ASW      | Guerra Antissubmarina (o mesmo que <i>Anti-Submarine Warfare</i> )                                    |
| ARA      | Armada Argentina                                                                                      |
| EUA      | Estados Unidos da América                                                                             |
| EDM      | Estratégia de Defesa Marítima                                                                         |
| FDA      | Forças de Defesa Australianas                                                                         |
| FDM      | Fundamentos Doutrinários da Marinha                                                                   |
| HMAS     | Navio da Marinha Real Australiana (o mesmo que <i>Her/His Majesty's Australian Ship</i> )             |
| HMS      | Navio da Marinha Real Britânica (o mesmo que <i>Her/His Majesty's Ship</i> )                          |
| QUAD     | Diálogo de Segurança Quadrilateral (o mesmo que <i>Quadrilateral Security Dialogue</i> )              |
| MB       | Marinha do Brasil                                                                                     |
| NSS      | Estratégia de Segurança Nacional (o mesmo que <i>National Security Strategy</i> )                     |
| OTAN     | Organização do Tratado do Atlântico Norte                                                             |
| PEM 2040 | Plano Estratégico da Marinha 2040                                                                     |
| PLAN     | Marinha do Exército de Libertação Popular (o mesmo que <i>People's Liberation Army Navy</i> )         |
| PND      | Política Nacional de Defesa                                                                           |
| PRC      | República Popular da China (o mesmo que <i>People's Republic of China</i> )                           |
| RAN      | Marinha Real Australiana (o mesmo que <i>Royal Australian Navy</i> )                                  |
| RN       | Marinha Real Britânica (o mesmo que <i>Royal Navy</i> )                                               |
| SCPN     | Submarino Convencionalmente Armado de Propulsão Nuclear                                               |
| SOD      | <i>Strategy of Denial</i> (o mesmo que Estratégia de Negação)                                         |
| USN      | Marinha dos Estados Unidos (o mesmo que <i>United States Navy</i> )                                   |
| URSS     | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas                                                           |



## SUMÁRIO

|          |                                                                |           |
|----------|----------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                         | <b>9</b>  |
| <b>2</b> | <b>A NOVA ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO.....</b>                     | <b>13</b> |
| 2.1      | KENNAN E A ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO.....                        | 13        |
| 2.2      | A ASSERTIVIDADE CHINESA.....                                   | 16        |
| 2.3      | O DESENVOLVIMENTO DA NOVA ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO....          | 21        |
| 2.3.1    | Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF)..... | 26        |
| 2.3.2    | Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).....          | 27        |
| 2.3.3    | Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD).....                 | 29        |
| 2.4      | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....                                    | 31        |
| <b>3</b> | <b>A AUKUS E O NOVO ENFOQUE ESTRATÉGICO AUSTRALIANO.....</b>   | <b>34</b> |
| 3.1      | O SURGIMENTO DA AUKUS.....                                     | 35        |
| 3.2      | A MUDANÇA DE POSTURA ESTRATÉGICA DA AUSTRÁLIA.....             | 41        |
| 3.3      | A NOVA GUERRA NO MAR AUSTRALIANA.....                          | 46        |
| 3.4      | IMPLICAÇÕES NA MARINHA REAL AUSTRALIANA.....                   | 49        |
| 3.5      | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....                                    | 53        |
| <b>4</b> | <b>REFLEXÕES PARA A MARINHA DO BRASIL.....</b>                 | <b>57</b> |
| 4.1      | AMEAÇAS E RISCOS ESTRATÉGICOS.....                             | 58        |
| 4.2      | ENTORNO ESTRATÉGICO AUSTRALIANO E BRASILEIRO.....              | 61        |
| 4.3      | NEGAÇÃO DO USO DO MAR.....                                     | 64        |
| 4.4      | ESTRATÉGIA MARÍTIMA PARA O ATLÂNTICO SUL.....                  | 70        |
| 4.5      | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....                                    | 76        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO.....</b>                                          | <b>80</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                        | <b>84</b> |
|          | <b>APÊNDICE A.....</b>                                         | <b>89</b> |
|          | <b>ANEXOS.....</b>                                             | <b>90</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Na segunda década do século 21, as relações internacionais entre os Estados Unidos (EUA) e a China passaram por uma transformação significativa, caracterizada pela transição de coexistência pacífica para assertividade competitiva. O fenômeno reflete a busca incessante de ambas as potências em afirmar seu poder e influência no cenário global, resultando em rivalidade que tem impacto profundo nas políticas e estratégias internacionais. A mudança é impulsionada pelo rápido crescimento econômico, expansão militar e influência nas instituições internacionais da China. Ao mesmo tempo, os EUA buscam preservar sua liderança global por meio de alianças estratégicas e políticas de contenção tanto econômicas quanto militares.

Nesse contexto, a atual disputa evoca paralelismo com a Política Externa dos EUA durante a Guerra Fria (1947-1991), particularmente com a Estratégia da Contenção. Naquela época, os EUA implementaram essa estratégia com o objetivo de impedir a expansão do poder e da influência soviética. A Estratégia da Contenção foi caracterizada por uma série de ações diplomáticas, militares e econômicas, todas destinadas a limitar o alcance da União Soviética. A lógica subjacente era que conter a influência soviética em regiões estratégicas era essencial para manter uma ordem internacional que favorecesse os interesses ocidentais.

Portanto, dada a natureza da atual rivalidade sino-americana, surge a discussão sobre a aplicabilidade da versão contemporânea da contenção. Assim como a Estratégia da Contenção foi usada para limitar a expansão soviética, uma abordagem similar pode ser considerada para a China. A Nova Estratégia da Contenção poderia envolver a combinação de alianças regionais, controle de tecnologias estratégicas, sanções econômicas e medidas de dissuasão militar.

Na região do Indo-Pacífico, o aumento da capacidade militar da China está desafiando a influência de longa data dos EUA, sustentada pelo seu poder marítimo. Com o crescimento do orçamento de defesa chinês, impulsionado pelo seu desenvolvimento econômico, a China tem se concentrado em impedir o acesso dos EUA às águas próximas à sua costa. Tal reorientação está remodelando a dinâmica estratégica da Ásia e colocando em questão a futura dominância dos Estados Unidos e seus aliados na região.

Em setembro de 2021, foi estabelecida a parceria de segurança trilateral AUKUS entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, com o objetivo de fornecer

submarinos de propulsão nuclear à Austrália. A iniciativa representa decisão estratégica significativa para fortalecer a Marinha Real Australiana (RAN). O propósito estratégico da AUKUS é claro — conter a marinha chinesa e impedir sua hegemonia no Indo-Pacífico.

No atual contexto da ordem mundial, torna-se essencial analisar e projetar o futuro para extrair ensinamentos do desenvolvimento estratégico das nações. A estratégia de defesa adotada pela Austrália na região do Indo-Pacífico é particularmente interessante na análise. A avaliação dessa estratégia, especialmente no domínio marítimo, pode oferecer aprendizados valiosos para as Marinhas que buscam abordagem mais eficaz para lidar com a complexidade dos cenários estratégicos do século 21.

Consequentemente, a escolha de investigar e compreender a estratégia de defesa australiana se justifica por uma série de elementos que a equiparam à realidade brasileira. Ambos os países possuem relação significativa com o mar, extensa faixa litorânea e são considerados potências médias e regionais. Além disso, tanto a RAN quanto a Marinha do Brasil (MB) compartilham interesse em explorar o uso de submarinos de propulsão nuclear. Portanto, a escolha da Austrália como foco de investigação visa oferecer uma compreensão abrangente do cenário estratégico e da dinâmica de poder no contexto da região do Indo-Pacífico, cujos ensinamentos podem ter relevância para o pensamento da estratégia marítima no Atlântico Sul.

Dessa forma, formulamos duas questões de pesquisa: uma de caráter investigativo e outra de caráter diagnóstico. Optou-se por não utilizar o instrumento de hipótese em ambas as questões.

A questão investigativa a ser desenvolvida no capítulo três é: qual estratégia será implementada pela Real Marinha Australiana (RAN), com especial atenção ao emprego do Submarino Convencionalmente Armado de Propulsão Nuclear (SCPN), no contexto da parceria trilateral de segurança AUKUS, considerando a Nova Estratégia da Contenção diante da assertividade chinesa na região do Indo-Pacífico? A metodologia adotada será o método dedutivo, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Com efeito, a questão diagnóstica a ser tratada no capítulo seguinte será formulada da seguinte maneira: quais são as reflexões e ensinamentos para a Marinha do Brasil derivados da análise da estratégia militar de defesa australiana, no contexto da parceria de segurança trilateral AUKUS? A análise se baseará nas

unidades desenvolvidas anteriormente, bem como em pesquisa bibliográfica e documental.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a estratégia de defesa marítima australiana no âmbito da parceria de segurança trilateral AUKUS, contextualizada na Nova Estratégia da Contenção. Para alcançar esse objetivo, delineamos os seguintes objetivos específicos: primeiro, investigar e compreender a Nova Estratégia da Contenção; segundo, investigar e compreender a parceria de segurança trilateral AUKUS, com particular interesse no emprego dos SCPN pela RAN; e, por fim, a partir das informações obtidas no segundo objetivo, verificar a existência de reflexões e ensinamentos para a MB quanto a abordagem de emprego do SCPN nacional, inserido em uma estratégia marítima para o Atlântico Sul.

Considerando a atualidade dos temas abordados, especificamente a Nova Estratégia de Contenção e a parceria de segurança trilateral AUKUS, observa-se uma escassez de estudos científicos e acadêmicos sobre o assunto. Isso ressalta a importância do estudo, que se destaca por sua originalidade ao abordar as estratégias militares contemporâneas sob uma nova perspectiva.

Para tal, este trabalho está organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo abordará as características da Nova Estratégia de Contenção. O terceiro capítulo analisará a AUKUS, destacando suas principais características e implicações. Em seguida, no quarto capítulo analisar-se-á quais aspectos da estratégia de defesa australiana podem ser adaptados para a realidade do contexto do Atlântico Sul. Finalmente, no último capítulo, serão apresentadas nossas considerações finais, concluindo a pesquisa.

O objeto de estudo deste trabalho é a parceria de segurança trilateral AUKUS, com especial atenção ao emprego do SCPN, inserido no contexto de uma Nova Estratégia da Contenção, na região do Indo-Pacífico, a partir da segunda década do Século 21.

Contudo, para possibilitar um aprofundamento adequado na pesquisa, questões relacionadas à proliferação nuclear, mesmo que referentes à propulsão naval, não serão abordadas neste estudo. A Austrália destaca em seus documentos estratégicos de alto nível que a aquisição dos SCPN ocorrerá dentro do escopo dos acordos de salvaguardas estabelecidos junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em consonância com os compromissos e obrigações de não proliferação nuclear dos países parceiros da AUKUS.

Adicionalmente, de maneira análoga, este estudo não se aprofundará nas capacidades avançadas da parceria AUKUS, designadas como "Pilar AUKUS II", que englobam a parte voltada para a assimilação de tecnologias emergentes e disruptivas, tais como cibernética, inteligência artificial, guerra eletrônica, mísseis hipersônicos e tecnologias quânticas.

A relevância desta pesquisa é acentuada pela crescente competitividade nas relações entre os EUA e a China, especialmente na região do Indo-Pacífico. Sob essa ótica, a parceria de segurança trilateral AUKUS emerge como iniciativa fundamental. Além disso, a geoestratégia da Austrália apresenta semelhanças significativas com a do Brasil, oferecendo uma oportunidade valiosa para analisar e adaptar estratégias contemporâneas, particularmente no que tange à guerra no mar. Este estudo, portanto, busca explorar essas dinâmicas e extrair lições aplicáveis à Marinha do Brasil, fortalecendo a estratégia marítima para o Atlântico Sul.

## 2 A NOVA ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO

Não temos aliados eternos, não temos inimigos perpétuos. Nossos interesses são eternos e perpétuos<sup>1</sup> (Palmerson *apud* Stavridis, 2017).  
(Lord Palmerson, Primeiro-Ministro do Reino Unido, 1848).

O presente capítulo está dividido em quatro seções, com a intenção de apresentar a fundamentação conceitual que apoiará o estudo em questão. Inicialmente, descreveremos a Estratégia da Contenção durante o período da Guerra Fria, com base nas perspectivas de estudiosos sobre o assunto. Em seguida, exploraremos a assertividade chinesa nas últimas décadas e as motivações para o surgimento de uma Nova Estratégia da Contenção como política externa dos EUA e seus parceiros, detalhando suas principais alianças e parcerias na região do Indo-Pacífico. Na seção final, consolidaremos a argumentação proposta para unificar e harmonizar a base teórica que será utilizada como instrumento para a análise em questão.

De modo a delimitar o embasamento teórico, utilizaremos a concepção criada e definida por George F. Kennan<sup>2</sup> para a Estratégia da Contenção pois consideramos ser a que mais influenciou o estamento político estadunidense, durante o enfrentamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao longo de quase metade do século 20.

Também, de forma a qualificar a expressão estratégia, utilizaremos a definição encontrada no Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040): “[...] considerar a estratégia numa acepção predominantemente militar, como arte ou ciência de emprego do poder em prol de objetivos políticos, enfrentando óbices e antagonismos de toda ordem, não restritos àqueles de caráter estatal” (MB, 2020, p. 34).

### 2.1 KENNAN E A ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o historiador George F. Kennan trabalhava como conselheiro diplomático na embaixada estadunidense em Moscou e já era reconhecido como perito em assuntos soviéticos (Magnoli; Barbosa, 2013, p.

---

<sup>1</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*We have no eternal allies, we have no perpetual enemies. Ours interests are eternal and perpetual*”.

<sup>2</sup> George Frost Kennan (1904-2005) foi diplomata e historiador estadunidense.

48). Em 1947, Kennan alcançou inadvertidamente fama e notoriedade ao publicar na revista de Relações Internacionais e Política Externa, *Foreign Affairs*, o artigo "As Fontes da Conduta Soviética"<sup>3</sup>, que introduziu ao mundo o termo "Contenção" (Gaddis, 2005, p. 24). Quando surgiu, o autor foi identificado como "X", porque Kennan era um influente funcionário do Governo e não queria que os leitores pensassem que representasse a política oficial. O artigo era, na verdade, uma versão desidratada do "*Long Telegram*", um texto diplomático mais abrangente, escrito em fevereiro de 1946, sobre a concepção da Contenção. O "*Long Telegram*" lhe rendeu destaque instantâneo dentro do governo dos EUA, enquanto o artigo "X" lhe rendeu fama pública rapidamente (Kennan; Mearsheimer, 2012, p. 32).

O sucesso de Kennan atraiu a atenção de George C. Marshall<sup>4</sup> que, ao tornar-se Secretário de Estado no início de 1947, resolveu conferir maior coerência à diplomacia americana, organizando uma "Equipe de Planejamento de Políticas"<sup>5</sup>, encarregada de formular e desenvolver programas de longo prazo para a realização dos objetivos da política externa dos EUA. Em virtude disso, Kennan, como chefe da equipe, combinava conhecimento e experiência em assuntos soviéticos, exposição a estudos de Segurança Nacional e uma posição de responsabilidade, a partir da qual, poderia fazer recomendações de ações (Gaddis, 2005, p. 25).

A Estratégia da Contenção foi o termo utilizado no final da década de 1940 para inflamar a opinião pública dos EUA no preâmbulo da Guerra Fria (1947-1991). O termo tornou-se a chave que liga o ambiente interno da política estadunidense e as operações externas. Também, garantiu uma política nacional que estabelecia a prerrogativa de interferir em qualquer parte do Globo, a partir do discurso sobre os perigos do comunismo e da necessidade de sua contenção para a segurança nacional (Rodrigues, 2023, p. 153). O pensamento de Kennan sobre a contenção baseava-se na suposição de que a URSS era uma potência expansionista e uma ameaça perigosa para os Estados Unidos. Em sua avaliação, Washington: "deve continuar a considerar a União Soviética como um rival, não um parceiro" (Kennan; Mearsheimer, p. 35).

Ao analisar as geoestratégias soviéticas no período, George Kennan reiterou a importância de os EUA conterem o expansionismo da URSS por meio de estratégia

---

<sup>3</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*The Sources of Soviet Conduct*".

<sup>4</sup> George Catlett Marshall Jr. (1880-1959) foi General do Exército, Secretário de Defesa e Secretário de Estado dos EUA.

<sup>5</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Policy Planning Staff*".

de resistência não provocativa e não combativa, principalmente pela forma de ajuda econômica e financeira aos aliados, a fim de garantir a coesão necessária entre os Estados ocidentais e evitar vácuos de poder em pontos estratégicos (Rodrigues, 2023, p. 154).

Dentro do famoso artigo de George F. Kennan, pode ser extraída a seguinte passagem:

[...] se verá claramente que a pressão soviética contra as instituições livres do mundo ocidental é algo que se pode conter por meio da adequada vigilante aplicação de uma contraforça em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correlativamente às mudanças e da política soviética [...] (Kennan, 1947, *apud* Magnoli; Barbosa, 2013, p.50).

George F. Kennan possuía uma visão pessimista quanto à paz dentro da “Ordem Mundial”, todavia, com certo grau de otimismo, acreditava que era possível conter as rivalidades dentro dela. Não utilizando sanções ou conflitos diretos, mas fazendo uso do equilíbrio mantido pelas próprias tensões inerentes ao sistema (Gaddis, 2005, p. 31). No que diz respeito à “Ordem Mundial”, o período da Guerra Fria pôde ser mais facilmente definido como um sistema bipolar. Durante as décadas de 1950 e 1960, as duas potências hegemônicas, EUA e URSS, preferiram negociar em vez de lutar, travando guerras menores em vez de grandes conflitos. As alianças tenderam a ser de longo prazo, baseadas em interesses relativamente permanentes, não flutuantes (Mingst; Arreguín-Toft, 2014, p. 128).

Adicionalmente, o conselheiro diplomático estadunidense em Moscou, não esperava que a URSS arriscasse entrar em uma nova guerra para obter seus fins desejados. Nem a economia russa, nem o povo russo estavam em condições de suportar outro conflito logo após a Segunda Guerra Mundial. A União Soviética não tinha um cronograma fixo para novas agressões e preferia obter ganhos por meios políticos, ao invés de recorrer a ações militares (Gaddis, 2005, p. 33).

Quanto ao emprego de forças militares, Kennan, reconhecia sua importância para a manutenção do equilíbrio desejado (Gaddis, 2005, p. 38). Em 1946, disse ele aos alunos da *National War College*<sup>6</sup> (Kennan, *apud* Gaddis, 2005, p. 38) “Vocês não

---

<sup>6</sup> O *National War College* é uma instituição de ensino militar dos EUA, fundada em 1946, localizada em Washington, D.C., faz parte do *National Defense University*. Oferece programas de pós-graduação em Estratégia Nacional e Política de Defesa para oficiais superiores das Forças Armadas dos EUA e civis de alto nível (National War College, 2024).



têm ideia o quanto contribui para a polidez geral e a simpatia da diplomacia quando você tem uma força armada silenciosa em segundo plano"<sup>7</sup>.

Para a Estratégia da Contenção idealizada por Kennan, forças armadas confiáveis são instrumentos essenciais para tornar as decisões políticas críveis, dissuadir ataques, como fonte de encorajamento para os aliados e, finalmente, como recurso, para interromper a guerra com sucesso, caso a guerra viesse (Gaddis, 2005, p. 38).

Segundo Gaddis (2005), Kennan considerava três passos como necessários para alcançar a "Contenção":

(1) Restauração do equilíbrio de poder por meio do incentivo à autoconfiança em nações ameaçadas pelo expansionismo soviético;

(2) Redução da capacidade da URSS de projetar influência além de suas fronteiras; e

(3) Modificação, ao longo do tempo, do conceito soviético de relações internacionais, com vistas a uma solução negociada das diferenças pendentes.

Consequentemente, a Estratégia da Contenção dificultaria a expansão soviética e impediria as condições de imposição militar, pressionando-a a buscar outras frentes de negociação por meio de canais diplomáticos. Como a URSS não representava apenas uma ameaça militar, mas também uma questão política crucial, a estratégia consistia em estabelecer rede de alianças e bases militares em pontos estratégicos, formando um elo que visava promover a coesão dos valores ocidentais. Esse cordão de defesa separava o Ocidente do mundo soviético, buscando conter a influência e expansão do comunismo.

As questões relacionadas à Contenção não são importantes apenas para entender a Guerra Fria. Elas também importam para a atualidade, enquanto a China continuar a sua notável ascensão como veremos a seguir.

## 2.2 A ASSERTIVIDADE CHINESA

---

<sup>7</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*You have no idea how much it contributes to the general politeness and pleasantness of diplomacy when you have a little quiet armed force in the background*" (Gaddis, 2005).

Após o final da Guerra Fria, em 1991, com a desintegração da URSS e um curto período de unipolaridade dos EUA, a previsão da necessidade de alguma forma de contenção ao avanço da China já havia sido observada pelos estudiosos das ciências sociais. John Mearsheimer<sup>8</sup> (2001, p. 362) classificou "uma China em ascensão é a ameaça potencial mais perigosa para os Estados Unidos no início do século 21"<sup>9</sup>. Além dele, Zbigniew Brzezinski<sup>10</sup> apontou a China como um dos principais e ativos atores do Sistema Internacional contemporâneo, no qual uma "Grande China", como um ator geoestratégico chave, devia ser evitada (Brzezinski, 1998, p. 53).

A China é uma potência do Indo-Pacífico. Seus interesses e ações estendem-se por toda a região dos dois oceanos, afetando os outros países. O país asiático está investindo em uma estratégia regional, envolvendo suas expressões de poder, do militar ao econômico e político. O povo chinês passou por uma história trágica envolvendo sofrimento em massa, privação, humilhação, opressão e caos provocados por potências estrangeiras e seus próprios governantes movidos pelo poder. Mas a liderança de hoje do Partido Comunista promete o sonho chinês de rejuvenescimento nacional, que combina segurança, harmonia social, prosperidade material e não apenas orgulho, mas grandeza nacional (Medcalf, 2020, p. 26).

Com efeito, a China praticamente consolidou suas fronteiras terrestres e começou a voltar-se para o exterior, com foco principalmente no mar. Não é uma Potência estagnada ou conformada, afinal, o que a impele para o exterior é a necessidade de assegurar energia, metais e minerais estratégicos, de modo a sustentar o padrão de vida em ascensão de cerca de um quinto da humanidade. Para atingir esse objetivo, a China vem construindo relações de poder vantajosas tanto em territórios próximos quanto em regiões distantes que oferecem os recursos abundantes necessários para sustentar seu crescimento. Com sua industrialização e urbanização intensas, a potência asiática continua sendo a maior consumidora do

---

<sup>8</sup> John J. Mearsheimer (nascido em 1947) é um teórico das Relações Internacionais e Professor de Ciência Política na Universidade de Chicago. Reconhecido por suas teorias sobre o realismo político.

<sup>9</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*A rising China is the most dangerous potential threat to the United States in the early 21st century*" (Mearsheimer, 2001).

<sup>10</sup> Zbigniew Brzezinski (1928–2017) foi um acadêmico, cientista político e geopolítico polonês-americano. Ele serviu como Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA durante o Governo do Presidente Jimmy Carter, entre 1977 e 1981.

mundo de alumínio, cobre, carvão, chumbo, níquel, zinco, estanho e minério de ferro (Kaplan, 2012, pp. 202-203).

Como consequência, a segurança observada em seus limites fronteiriços terrestres com a Mongólia, o Extremo Oriente russo, a Ásia Central, o Sudeste Asiático e, até mesmo, na Península Coreana permite, mais do que qualquer outra variável, que o país se volte novamente ao mar, reconstruindo uma grande Marinha, conhecida como *People's Liberation Army Navy* (PLAN)<sup>11</sup>. Como ilustração para a última afirmação, durante o período da Guerra Fria, a existência de um exército soviético debruçado sobre a Manchúria<sup>12</sup>, obrigou a China, sob o comando de Mao Tsé-Tung<sup>13</sup>, a concentrar seu orçamento de defesa na força terrestre e, consequentemente, negligenciando a força naval. Em suma, o fato de o país lançar-se ao mar, demonstra a confortável situação de estabilidade no tocante a suas fronteiras terrestres, com exceção das episódicas escaramuças e tensões com a Índia na Caxemira<sup>14</sup> (Kaplan, 2012, p. 214, 217).

Por décadas, as preocupações chinesas em terra concentravam-se em regiões que não interessavam aos EUA, especialmente depois das desventuras no Vietnã (1964-1975), no Iraque (2003-2011) e no Afeganistão (2001-2021). A China, contudo, está trilhando o processo de tornar-se, também, uma potência marítima. E, essa busca, vem alterando a geoestratégia da região do Indo-Pacífico. Porém, se em suas fronteiras terrestres a China encontra-se em posição favorável de maneira geral, no mar o país enfrenta um ambiente mais hostil. A PLAN vê pouco mais que problemas no que chama "Primeira Cadeia de Ilhas"<sup>15</sup> (ANEXO A), que indo do norte ao sul, compreende Japão, Península Coreana, Taiwan, Filipinas e Indonésia (Kaplan, 2012, p. 218).

---

<sup>11</sup> Marinha do Exército de Libertação Nacional (tradução livre).

<sup>12</sup> A Região da Manchúria, no nordeste da China, é uma área historicamente importante, rica em recursos naturais e com papel estratégico na economia chinesa (Encyclopaedia Britannica, 2024a).

<sup>13</sup> Mao Tsé-Tung (1893-1976), líder político chinês, foi fundamental na fundação da República Popular da China em 1949. O "Grande Salto Adiante" e a "Revolução Cultural" são políticas marcantes de seu período de governo.

<sup>14</sup> A região da Caxemira é disputada entre Índia, Paquistão e China. A região permanece dividida entre a Caxemira controlada pela Índia, a Caxemira controlada pelo Paquistão e a região de Aksai Chin, controlada pela China. A questão é uma das disputas territoriais mais antigas e tensas do mundo, com implicações geopolíticas significativas (Encyclopaedia Britannica, 2024b).

<sup>15</sup> A "Primeira Cadeia de Ilhas" é um termo usado para descrever um arco de ilhas estendendo-se do Japão até a Península Malaia, incluindo Filipinas e Indonésia. Essas ilhas têm importância estratégica por formarem uma barreira natural entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico. Elas desempenham um papel vital na segurança e na estratégia de defesa para os países da região, especialmente devido ao controle das rotas marítimas e à projeção de poder (The Diplomat, 2024).

A região do Indo-Pacífico tem forte dimensão militar. A virada da China para o mar é um momento crucial. A PLAN está passando por rápido processo de expansão, alinhada com a declaração feita em 2015 pelo Presidente, Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e líder militar, Xi Jinping. Nessa declaração, ele enfatizou a necessidade de abandonar a mentalidade tradicional de que a terra supera o mar (Medcalf, 2020, p. 7).

Entretanto, para os estrategistas navais chineses, observando a partir do seguro ponto de vista da terra continental, a "Primeira Cadeia de Ilhas" apresenta uma perspectiva preocupante, deparam-se com uma espécie de "Grande Muralha às avessas", como descrevem os Professores do *Naval War College*<sup>16</sup> James Holmes e Toshi Yoshihara:

Uma bem ordenada linha de aliados estadunidenses, na qual o equivalente a torres de vigia estende-se do Japão à Austrália, todas com o potencial de bloquear o acesso da China ao alto-mar. Diante desse mapa, os estrategistas chineses ficam furiosos ao verem a sua Marinha assim encurralada (Holmes; Yoshihara, 2005, *apud* Kaplan, 2012, p. 219).

Para contrapor-se a esse sentimento de cerceamento e reclusão, a China reivindica o Mar do Sul em sua quase totalidade, baseada em argumentos que defendem seu "direito histórico" sobre a região. Por isso, buscando comprovar sua presença nas águas desde tempos passados, a China, baseada em antigos registros de pescadores e ocupações militares em algumas ilhas, utiliza a chamada Linha de Nove Traços<sup>17</sup> (Chung, 2016).

Os "Nove Traços" (Anexo B) do Mar do Sul da China representam uma controversa reivindicação de soberania marítima feita pela China sobre uma extensa área do "Mediterrâneo Asiático"<sup>18</sup>. Essa demarcação irregular, traçada pela China em mapas antigos, abrange cerca de 90% do mar, incluindo ilhas, recifes e atóis. Embora formalizada pelo governo chinês em 1947, a legitimidade dessa reivindicação é

---

<sup>16</sup> O *Naval War College* é uma instituição de ensino militar dos EUA fundada em 1884, localizada em Newport, Rhode Island. Oferece programas de Pós-graduação em Guerra Naval e Estratégia Marítima para oficiais da Marinha, outras forças armadas dos EUA e de países estrangeiros (Naval War College, 2024).

<sup>17</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Nine-Dash Line*".

<sup>18</sup> Nicholas Spykman (1893-1943) observou que ao longo da História, os Estados mais poderosos investiram no controle de seus mares adjacentes: a Grécia buscou o controle do Mar Egeu; Roma do Mar Mediterrâneo; os Estados Unidos do Mar do Caribe; e, seguindo a mesma lógica a China almeja o Mar do Sul da China, o "Mediterrâneo Asiático" (Kaplan, 2012).

contestada por nações vizinhas como Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan, que também reivindicam partes do mar. A disputa em torno dos "Nove Traços" tem sido uma fonte de tensões regionais, devido aos recursos naturais abundantes e à importância estratégica das rotas marítimas na região. A China tem desenvolvido atividades de construção e militarização em ilhas e recifes disputados, gerando preocupações entre países vizinhos e provocando respostas de atores internacionais como os Estados Unidos. Tal questão desempenha papel central na geopolítica do Sudeste Asiático, com implicações significativas para a segurança e estabilidade da região (Chung, 2016).

Sendo assim, a China está empregando ampla gama de recursos de seu poder nacional, incluindo as dimensões políticas, diplomáticas, econômicas, tecnológicas, militares e demográficas, com o objetivo de estender a sua influência para além das fronteiras atuais, tanto marítimas quanto terrestres, aspirando a recriar os limites históricos do império chinês em seus períodos de maior expansão. À medida que o domínio unipolar liderado pelos EUA declina e a relativa importância da *United States Navy* (USN) diminui, combinado com o fortalecimento contínuo da economia e das capacidades militares chinesas, o cenário no Indo-Pacífico está gradualmente transformando-se em um ambiente multipolar mais instável.

Consequentemente, o panorama multipolar está exigindo uma reorientação estratégica por parte dos atores regionais e globais, impulsionando a necessidade de buscar alianças e parcerias na região como meio de garantir interesses e influência. Essa evolução reflete, essencialmente, mudanças significativas nas dinâmicas de poder da região, demandando resposta das nações envolvidas.

Nas últimas duas décadas, observamos clara transição na configuração do poder global, em que a busca por equilíbrio e cooperação, essencial para a estabilidade regional e mundial, está gradativamente sendo substituída por um ambiente caracterizado pela competição e conflito. A mudança de paradigma é impulsionada principalmente pela ascensão do poder econômico chinês, cada vez mais respaldado pelo poder militar em expansão, o que provavelmente resultará em uma intensificação das tensões na região nos próximos anos.

Em contrapartida, os Estados Unidos, mantendo sua ascendência no hemisfério ocidental, estão determinados a evitar que a China alcance uma posição de hegemonia no hemisfério oriental. O embate entre duas potências econômicas globais está moldando significativamente o cenário do Sistema Internacional, exigindo

respostas estratégicas cuidadosamente planejadas por parte de todas as nações envolvidas. Como, por exemplo, uma Nova Estratégia da Contenção empregada pelos EUA e seus parceiros para impedir o avanço da China na Região do Indo-Pacífico, como veremos a seguir.

### 2.3 O DESENVOLVIMENTO DA NOVA ESTRATÉGIA DA CONTENÇÃO

A política externa do governo do Presidente Barack Obama<sup>19</sup> teve como característica a alteração de foco dos EUA do Oriente Médio para a Ásia, conhecida como “Pivô para a Ásia”<sup>20</sup>, como pode ser observado no *National Security Strategy*<sup>21</sup> (NSS) de maio de 2010 (The White House, 2010). O NSS é o documento elaborado pelo governo dos EUA para descrever os principais objetivos, interesses e abordagens em relação à segurança nacional. Identifica ameaças, desafios e oportunidades que o país enfrenta e, também, serve para a coordenação de políticas públicas, incluindo defesa, inteligência e diplomacia.

O *National Security Strategy* 2010 foi o primeiro a apresentar nuances preliminares de uma estratégia de contenção, ao enfatizar a necessidade de fortalecer a presença econômica, diplomática e militar dos EUA para contrabalançar a China. Embora focado na retomada da prosperidade econômica após a crise de 2008, o documento visa reafirmar o compromisso e planejar as bases da liderança dos EUA no século 21. Notadamente, a região do Indo-Pacífico emergiu como o principal pilar da política externa durante o governo Obama, retirando os EUA do longo período que ficou centrado nos problemas do Oriente Médio (The White House, 2010).

Com isso, a contenção da China na Ásia-Pacífico, desde a segunda década século 21, tornou-se a peça central da estratégia dos Estados Unidos para a região. Os documentos estratégicos dos EUA, além de promoverem a mudança da política externa para o Pacífico, mencionam China e Rússia como potências revisionistas, ou

---

<sup>19</sup> Barack Hussein Obama II (nascido em 1961) foi o 44º presidente dos EUA, no período de 2009 a 2016.

<sup>20</sup> O termo “Pivô para Ásia” refere-se à mudança na política externa dos EUA, anunciada pelo Presidente Barack Obama em 2011, que prioriza uma maior atenção e recursos para a região da Ásia-Pacífico. Essa estratégia busca capitalizar o crescimento econômico da região, equilibrar o poder diante do aumento da influência chinesa e fortalecer alianças e parcerias na região (Medcalf, 2020).

<sup>21</sup> Estratégia Nacional de Segurança (Tradução livre).

seja, cujo objetivo é expandir sua projeção de poder a partir da diminuição da presença de Washington (Nascimento; Pires, 2023, p. 164).

A importância da Ásia para a política externa dos EUA continua no governo do Presidente Donald Trump<sup>22</sup> e aumenta ainda mais no governo do Presidente Joe Biden<sup>23</sup> com o objetivo de responder ao desafio crescente da China. Como forma de comparação na mudança de foco da diplomacia estadunidense, no já citado NSS 2010 do governo do Presidente Barack Obama, a palavra “China” foi citada dez vezes ao longo do texto, ao passo que no *National Security Strategy* de 2022 (The White House, 2022), do Governo do Presidente Biden, houve 55 citações diretas.

Anteriormente ao NSS 2022, o governo do Presidente Joe Biden publicou uma versão provisória do documento: o *Interim National Security Strategic Guidance*, lançado em março de 2021, com o título “Renovando as vantagens da América”<sup>24</sup>, que enfatiza o engajamento internacional dos EUA. Também reabre a discussão sobre ameaças globais com ação coletiva, particularmente em questões como pandemias e outros riscos biológicos, aquecimento global, ameaças cibernéticas e digitais, crises econômicas internacionais, crises humanitárias, terrorismo e proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Em resumo, os principais pontos para a segurança nacional e políticas públicas dos EUA seriam os seguintes (The White House, 2021a, p. 9)<sup>25</sup>:

(1) Defender e cultivar as bases fundamentais da força estadunidense, como a economia, a defesa nacional e a democracia;

(2) Promover uma distribuição favorável de poder para dissuadir e impedir que adversários ameacem diretamente os EUA e nossos aliados, inibindo o acesso aos bens comuns globais ou dominem regiões-chave; e

(3) Liderar e sustentar um Sistema Internacional estável e aberto, sustentado por fortes alianças democráticas, parcerias, instituições multilaterais e regras.

---

<sup>22</sup> Donald John Trump (nascido em 1946) foi o 45º presidente dos EUA, no período de 2017 até 2020.

<sup>23</sup> Joseph Biden Jr. (nascido em 1942) é o 46º presidente dos EUA, desde 2021.

<sup>24</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*Renewing America’s Advantages*”.

<sup>25</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “(1) *Defend and nurture the underlying sources of American strength, including our people, our economy, our national defense, and our democracy at home; (2) Promote a favorable distribution of power to deter and prevent adversaries from directly threatening the United States and our allies, inhibiting access to the global commons, or dominating key regions; and (3) Lead and sustain a stable and open international system, underwritten by strong democratic alliances, partnerships, multilateral institutions, and rules*” (The White House, 2021).

Comparando os pontos apresentados no NSS com os três passos que Kennan considerava necessários para alcançar a “Contenção”, já citados no Seção 2.1 deste trabalho, podemos observar uma clara similaridade.

Os dois últimos pontos do NSS 2021 são fundamentais para sustentar a ideia relacionada ao renascimento da Estratégia da Contenção sob novos moldes, principalmente ao nomear diretamente a China como principal adversário no contexto global: “[A China] é o único concorrente potencialmente capaz de combinar seu poder econômico, diplomático, militar e tecnológico para montar um desafio sustentado a um Sistema Internacional estável e aberto”<sup>26</sup> (The White House, 2021a, p. 8).

Consequentemente, há um imperativo de restabelecer e modernizar a arquitetura de cooperação internacional para os desafios do século 21, uma vez que as alianças, instituições, acordos e normas que os EUA ajudaram a fundar ao longo do século 20 estão sendo questionadas. É nesse ponto que a prerrogativa da Nova Estratégia da Contenção apresenta suas principais características, tanto para enfatizar a cooperação internacional e reconquistar a posição de liderança dos EUA nas instituições internacionais, quanto para reprimir explicitamente o avanço chinês no ambiente internacional (Rodrigues, 2023, p. 159), como pode ser observado neste trecho do NSS 2021:

Nossas alianças democráticas nos permitem apresentar uma frente comum, produzir uma visão unificada e reunir nossas forças para promover altos padrões, estabelecer regras internacionais eficazes e responsabilizar países como a China. É por isso que vamos reafirmar, investir e modernizar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e nossas alianças com a Austrália, o Japão e a República da Coreia – que, juntamente com nossas outras alianças e parcerias globais, são o maior ativo estratégico da América. (The White House, 2021a, p. 10)<sup>27</sup>.

Além das principais alianças mencionadas, os EUA propõem intensificar as parcerias em todo o mundo, estabelecendo, como prioridade para seus interesses nacionais, uma conexão mais profunda com o Indo-Pacífico. A citação literal da

---

<sup>26</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*It is the only competitor potentially capable of combining its economic, diplomatic, military, and technological power to mount a sustained challenge to a stable and open international system*” (The White House, 2021a).

<sup>27</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*Our democratic alliances enable us to present a common front, produce a unified vision, and pool our strength to promote high standards, establish effective international rules, and hold countries like China to account. That is why we will reaffirm, invest and modernise the North Atlantic Treaty Organisation (NATO) and our alliances with Australia, Japan, and the Republic of Korea – which, along with our other global alliances and partnerships, are America’s greatest strategic asset.*” (The White House, 2021a).



crescente parceria com certos países como Índia, Nova Zelândia, Cingapura, Vietnã e outros Estados membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>28</sup>, bem como o compromisso com parcerias transatlânticas, comprova a expansão do interesse global dos EUA e, conseqüentemente, um cerco geográfico à China tanto por meios econômicos e diplomáticos quanto políticos e militares (Rodrigues, 2023, p. 159).

A Nova Geopolítica de Contenção constituiria uma das variáveis estratégicas para fortalecer as vantagens dos Estados Unidos na competição com a China. Em outras palavras, ao restaurar a credibilidade e reafirmar a liderança global, os EUA buscam definir a agenda internacional, moldar novas normas e acordos globais que promovam seus interesses e reflitam seus valores e, principalmente, fortalecer e defender sua rede de aliados e parceiros. Em suma, os principais objetivos expostos na Estratégia de Segurança Nacional do governo do Presidente Joe Biden são investir no poder nacional para manter a vantagem competitiva, usar a diplomacia para construir coalizões mais fortes, modernizar e fortalecer as Forças Armadas e realizar dissuasão integrada contra a expansão da China, Rússia e outros Estados (The White House, 2022).

A estratégia em relação à China está claramente descrita em três pontos inseridos no NSS de 2022<sup>29</sup>:

- (1) Investir nos fundamentos de nossa força em casa — nossa competitividade, nossa inovação, nossa resiliência, nossa democracia;
- (2) Alinhar nossos esforços com nossa rede de aliados e parceiros, agindo com propósito comum e em causa comum; e
- (3) Competir responsavelmente com a República Popular da China (PRC) para defender nossos interesses e construir nossa visão para o futuro.

Na esteira da Estratégia de Contenção, originalmente idealizada por George Kennan durante a Guerra Fria, observa-se o ressurgimento e a adaptação de diversos

---

<sup>28</sup> A ASEAN é uma organização regional composta por dez países do Sudeste Asiático, fundada em 1967. Os países membros são Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. A Associação foi estabelecida com o objetivo de promover a cooperação política e econômica entre os países membros, bem como para promover a estabilidade e o desenvolvimento na região (Association of Southeast Asian Nations, 2024).

<sup>29</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*Our strategy toward the PRC is threefold: 1) to invest in the foundations of our strength at home – our competitiveness, our innovation, our resilience, our democracy, 2) to align our efforts with our network of allies and partners, acting with common purpose and in common cause, and 3) compete responsibly with the PRC to defend our interests and build our vision for the future*” (The White House, 2022).

elementos diplomáticos, militares e econômicos, que são utilizados com o propósito de assegurar o controle e a influência sobre áreas geopolíticas estratégicas. Tais estratégias se revelam como pilares fundamentais na abordagem contemporânea da Nova Estratégia da Contenção.

Nesse contexto, medidas diplomáticas são empregadas para estabelecer alianças e parcerias que fortaleçam a posição dos EUA e seus parceiros no cenário internacional. Além disso, o componente militar desempenha um papel fundamental na dissuasão de potenciais ameaças e na proteção dos interesses estratégicos. No campo econômico, estratégias como a concessão de ajuda financeira, investimentos e a imposição de sanções econômicas são utilizadas como ferramentas para moldar o comportamento de outros países e regiões, visando à obtenção de vantagens geoeconômicas.

Em outras palavras, podemos observar uma analogia na contenção ao expansionismo das duas potências alienígenas do mundo ocidental em ambos os períodos históricos. Essa contenção é principalmente manifestada por meio de uma política de longo prazo que historicamente operou no contexto soviético e atualmente está em curso no contexto chinês, especialmente em relação a uma série de alianças estratégicas. A Nova Estratégia da Contenção reflete não apenas continuidade, mas também evolução das estratégias de contenção delineadas por Kennan. Ela adapta-se aos desafios e dinâmicas do mundo contemporâneo, na qual as fronteiras entre os domínios diplomático, militar e econômico tornam-se cada vez mais permeáveis e interconectadas.

Como a Nova Estratégia da Contenção está baseada em alianças e parcerias, a seguir serão descritas as principais iniciativas que o governo do Presidente Joe Biden vem conduzindo com intuito de conter o avanço chinês na região do Indo-Pacífico: o Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Diálogo de Segurança Quadrilateral<sup>30</sup> (QUAD) e a Parceria de Segurança Trilateral AUKUS. Como o estudo da AUKUS é fundamental para este trabalho, sua descrição e compreensão serão apresentadas somente no próximo capítulo.

---

<sup>30</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*Quadrilateral Security Dialogue*”.

### 2.3.1 Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF)

Lançado em 23 de maio de 2022, pelo Presidente Joe Biden, por meio da "Declaração sobre o Quadro Econômico do Indo-Pacífico para a Prosperidade"<sup>31</sup> (IPEF) a iniciativa visa fortalecer e aprofundar os laços econômicos entre os EUA e parceiros econômicos da região do Indo-Pacífico (The White House, 2022b). A estrutura tem como membros Austrália, Brunei, Cingapura, Coreia do Sul, Fiji, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Tailândia e Vietnã, representando 40% do PIB mundial e 60% da população mundial.

Sem citar explicitamente a China, o texto oficial expressa: "[...] destina-se a promover a resiliência, a sustentabilidade, o crescimento econômico, e a competitividade das nossas economias. Por meio da iniciativa, pretendemos contribuir para a cooperação, estabilidade, prosperidade, desenvolvimento e paz na região"<sup>32</sup> (The White House, 2022b, p. 2).

Além disso, ao apresentar aos países do Indo-Pacífico alternativa à abordagem chinesa, o IPEF sinaliza o início da competição dentro das instituições globais entre os EUA e a China, sendo amplamente visto como um esforço para combater a influência econômica do gigante asiático, especialmente quando se considera a importância dos países asiáticos no centro das cadeias de suprimentos de produção (Rodrigues, 2023, p. 169).

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi<sup>33</sup>, criticou a iniciativa como tentativa de dissociação econômica, provocando vigilância, criando divisões, incitando o confronto e visando apagar as conquistas e o impulso de paz e desenvolvimento promovidos pelos países regionais com esforços conjuntos (China, 2022).

Dessa forma, a iniciativa do Quadro Econômico para a Prosperidade do Indo-Pacífico introduz novo componente fundamental na dinâmica da Nova Estratégia de Contenção. Ao integrar segurança e economia, representa uma abordagem

---

<sup>31</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Statement on Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity*".

<sup>32</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "[...] *intended to advance resilience, sustainability, economic growth, fairness, and competitiveness for our economies. Through this initiative, we aim to contribute to cooperation, stability, prosperity, development, and peace within the region*" (The White House, 2022b).

<sup>33</sup> Wang Yi (nascido em 1953) é diplomata e político chinês.

abrangente para o envolvimento dos EUA na região do Indo-Pacífico. O IPEF busca não apenas fortalecer as bases financeiras da região, mas também consolidar laços estratégicos que são essenciais para conter e responder à crescente influência econômica da China na área.

### 2.3.2 Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

Após o desmembramento da URSS, a aliança militar ocidental que havia sido criada em 1949 como o braço armado da Doutrina Truman<sup>34</sup>, não foi encerrada, pelo contrário expandiu-se para os países que antes faziam parte da área de influência soviética.

A princípio, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança político-militar de consulta, cooperação e operações conjuntas nos campos de defesa e segurança. Reúne trinta e dois países da Europa e da América do Norte, com as recentes inclusões da Finlândia (2023) e Suécia (2024), que partilham o objetivo estratégico de manter a segurança no espaço euro-atlântico e garantir a liberdade dos seus membros. Todas as decisões são tomadas por consenso e os membros estão comprometidos com os mesmos valores (OTAN, 2024).

Além de seus trinta e dois países membros, a Organização tem extensa rede de parcerias com mais de quarenta países parceiros, que se estende da Europa, região Ásia-Pacífico e América do Sul. Embora os Estados parceiros não possuam a mesma autoridade decisória dos países membros, eles estabelecem relações individuais em áreas de interesse mútuo que abrangem diversos aspectos da cooperação e do diálogo. Além disso, alguns desses parceiros contribuem ativamente para operações e missões lideradas pela OTAN. Entre elas, as parcerias com Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, revelam mais uma tentativa de contenção à China, que está gradualmente tornando-se mais evidente na década de 2020 e com a Política Externa do Governo Joe Biden (Rodrigues, 2023, p. 161).

---

<sup>34</sup> O Presidente estadunidense Harry Truman (1884-1972) anunciou em seu discurso perante o Capitólio, em março de 1947, o núcleo da estratégia de contenção à URSS. A Doutrina Truman, como ficou conhecida, transformou a Europa no cenário focal da confrontação global e a URSS, a ameaça a ser combatida (Magnoli, 2006).

Na principal reunião anual da Organização, durante a Cúpula de Bruxelas, em junho de 2021, os países membros da OTAN debateram o desenvolvimento de uma posição comum, considerando as ambições e o comportamento assertivo da China como um dos grandes desafios para o futuro próximo, como pode ser observado no texto de lançamento da agenda OTAN 2030:

A ordem internacional baseada em regras, que sustenta a segurança, a liberdade e a prosperidade dos Aliados, está sob pressão de países autoritários, como a Rússia e a China, que não partilham os nossos valores. Isso tem implicações para nossa segurança, valores e modo de vida democrático. Por meio das decisões da OTAN 2030, a OTAN investirá no aumento e aprofundamento das nossas parcerias em consonância com os nossos valores e interesses para salvaguardar a ordem internacional baseada em regras. [...] a ascensão da China muda fundamentalmente o equilíbrio de poder. O próximo Conceito Estratégico da OTAN ajudará a preparar a Aliança para um mundo de crescente concorrência global e ameaças à segurança (OTAN, 2021)<sup>35</sup>.

No ano seguinte, durante a Cúpula de Madri, em junho de 2022, pela primeira vez, líderes do Austrália, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia participaram da principal reunião da aliança militar. A presença visa principalmente resistir à assertividade da China e às possíveis consequências para a segurança dos Aliados. Embora a OTAN ratifique a continuidade da aliança ocidental, a prerrogativa de enfrentar ameaças e desafios globais é a justificativa para a incorporação gradual de parceiros da Ásia-Pacífico (Rodrigues, 2023, p. 162).

Nessa reunião, foi adotado o Conceito Estratégico 2022, delineando as prioridades da Aliança, as principais tarefas de dissuasão e defesa e os objetivos de defesa coletiva para a próxima década. Pela primeira vez, o documento aborda os desafios que a China coloca à segurança, interesses e valores da Aliança, explicando e ratificando sua incorporação na nova política de contenção dos EUA. O documento observa que as ambições declaradas e as políticas coercivas da China desafiam os interesses, segurança e valores de outras nações. Ademais, destaca que ela emprega

---

<sup>35</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: *"The rules-based international order, which underpins the security, freedom and prosperity of Allies, is under pressure from authoritarian countries, like Russia and China, that do not share our values. This has implications for our security, values, and democratic way of life. Through the NATO 2030 decisions, NATO will invest in increasing and deepening our partnerships in line with our values and interests to safeguard the rules-based international order. [...] China's rise fundamentally shifts the balance of power. NATO's next Strategic Concept will help prepare the Alliance for a world of growing global competition and security threats"* (OTAN, 2021).

uma ampla gama de ferramentas políticas, econômicas e militares para aumentar sua presença global e projetar poder (OTAN, 2022).

Com isso, uma série de fatores convergentes justifica a inclusão explícita da China na Geoestratégia da OTAN na década de 2020. Primeiramente, os Estados Unidos buscam convencer seus aliados de que as políticas chinesas representam ameaça aos interesses da Aliança. Em segundo lugar, a crescente participação internacional da China em termos econômicos e financeiros tem exercido influência desestabilizadora sobre a ordem internacional estabelecida no período pós-Guerra Fria. Além disso, o programa de modernização militar chinês tem despertado preocupações globais, especialmente em relação às disputas no Mar do Sul da China e à questão de Taiwan.

### 2.3.3 Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD)

O Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD) é um acordo estratégico entre Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão. Os quatro países se comprometeram com a cooperação quadrilateral em uma visão compartilhada de um Indo-Pacífico livre e aberto, fundamentado em valores democráticos. Um dos pontos centrais dessa parceria são os exercícios militares conjuntos, com destaque para o exercício naval “Malabar”<sup>36</sup>, que visa promover iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da segurança cooperativa.

Dessa maneira, é importante notar que o destaque do Indo-Pacífico está relacionado à securitização<sup>37</sup> dessa região, dada a ascensão da China. Não só isso, uma vez que o que antes era definido como Ásia-Pacífico foi estendido ao Oceano Índico como Indo-Pacífico, numa clara tentativa de envolver a Índia, vizinho com o qual a China tem disputas fronteiriças (Nascimento; Pires, 2023, p. 158).

Em março de 2020, representantes da Coreia do Sul, Nova Zelândia e Vietnã foram incluídos na reunião destinada a trocar informações sobre o combate à

---

<sup>36</sup> O exercício naval “Malabar” é uma série regular de exercícios militares conjuntos entre as Marinhas da Índia, Estados Unidos e, em edições recentes, outros países como Japão e Austrália. Ele fortalece as relações de segurança e defesa entre os participantes, aprimorando a interoperabilidade e cooperação naval no Indo-Pacífico (US Navy, 2020).

<sup>37</sup> O termo “Securitização” significa a compreensão de que um assunto é apresentado como uma ameaça existencial, demandando medidas emergenciais e justificando ações fora das fronteiras normais do procedimento político (Buzan; Wæve; Wilde, 1998).

pandemia de COVID-19. Essa reunião ficou conhecida como “QUAD plus”. Os sete países realizaram reuniões subsequentes, discutindo não apenas o combate à situação pandêmica, mas também o compartilhamento de tecnologias e mecanismos para reconstruir a economia global (Rodrigues, 2023, p. 164).

Da mesma forma, em 2021, ocorre a primeira cúpula do QUAD, que em sua declaração final conjunta, destaca a necessidade de um "Indo-Pacífico livre, aberto, inclusivo, saudável, ancorado em valores democráticos e livre de coerção [...] combatendo os desafios à ordem marítima legal nos mares do Sul e do Leste da China."<sup>38</sup> (The White House, 2021b).

Atualmente, o QUAD está focado principalmente na cooperação militar, contudo, seus esforços se estendem para além dessa esfera. Os treinamentos militares conjuntos têm proporcionado uma cooperação defensiva mais abrangente, especialmente no que diz respeito ao compartilhamento de tecnologias militares e ao estabelecimento de protocolos de inteligência. Além disso, foram estabelecidos grupos de trabalho dedicados a uma variedade de temas essenciais, incluindo segurança global de saúde, infraestrutura, mudança climática, segurança cibernética, tecnologias críticas e emergentes, e exploração do espaço. Os esforços demonstram compromisso conjunto em abordar desafios multifacetados e emergentes, promovendo a segurança e a estabilidade na região do Indo-Pacífico (Rodrigues, 2023, p. 165).

Por outro lado, a China expressou suas preocupações em relação ao crescente envolvimento do QUAD, especialmente nos exercícios navais "Malabar". A retórica da Estratégia de Contenção dos EUA tem gerado insatisfação entre os formuladores de políticas chineses, que a percebem como uma estratégia de cerco. Eles veem a iniciativa do QUAD como manifestação de mentalidade da Guerra Fria, destacando sua preocupação com o que consideram uma crescente militarização da região (Rodrigues, 2023, p. 165).

O aumento da importância do QUAD está intrinsecamente ligado à ascensão econômica e à assertividade internacional da China. Como pilar da Nova Estratégia de Contenção, o QUAD busca estabelecer uma nova ordem regional, com foco primordial no controle do Mar do Sul da China, do Mar Oriental e do Leste Asiático.

---

<sup>38</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “[...] a free and open Indo-Pacific, inclusive, healthy, anchored in democratic values, and free of coercion [...] combat challenges to the legal maritime order in the South and East China Seas” (The White House, 2021b).

Além das questões relacionadas à competição econômica e aos desafios político-diplomáticos, os EUA e seus parceiros expressam preocupação com a mudança do equilíbrio de poder no Indo-Pacífico e com a crescente presença militar chinesa na região.

Em suma, o QUAD surge como resposta inerente às mudanças geopolíticas em curso na Ásia, posicionando-se como contrapeso às ações mais assertivas da China. Nessa perspectiva, ele representa mais uma vertente da política externa dos Estados Unidos na região do Indo-Pacífico, visando proteger interesses estratégicos e promover a estabilidade regional.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Inicialmente, buscamos compreender a consagrada Estratégia da Contenção idealizada por George Kennan e difundida por meio de seu famoso Artigo “X”. Durante a Guerra Fria, essa estratégia foi fundamental para os EUA estabelecerem uma política externa que defendia a intervenção em qualquer parte do mundo, com base na preocupação com o comunismo e na necessidade de proteger a segurança nacional. Kennan argumentava que a URSS representava uma ameaça expansionista aos EUA, advogando por uma Estratégia de Contenção que não provocasse conflitos diretos, mas buscasse resistir ao avanço soviético por meio de medidas não combativas, assistência econômica e a utilização de alianças militares.

Nessa conjuntura, a abordagem visava garantir a coesão entre os Estados ocidentais e evitar a formação de vazios de poder em áreas estratégicas. A Estratégia da Contenção pode ser considerada bem-sucedida, uma vez que culminou no colapso da URSS sem desencadear em conflito direto entre as duas superpotências.

A crescente assertividade da China nas últimas duas décadas a transformou em potência dominante no Indo-Pacífico, ampliando sua influência por meio de diversas expressões de seu poder nacional como, militar, econômico e político. Focada particularmente no Mar do Sul da China, a China busca fortalecer sua presença naval e reivindicar vastas áreas com base em justificativas históricas.

Dessa forma, à medida que os Estados Unidos enfrentam um declínio em seu domínio unipolar e a China continua a fortalecer suas capacidades, a região do Indo-Pacífico evolui para um ambiente multipolar, no qual diversos atores competem por



influência. Esse cenário exige uma reavaliação estratégica, na qual atores globais e regionais buscam formar alianças para proteger e promover seus interesses na região.

Com efeito, observamos mudança significativa na dinâmica de poder global nas últimas duas décadas, à medida que a busca por equilíbrio e cooperação dá lugar a uma competição mais acirrada. A ascensão econômica da China, combinada com seu crescente poder militar, promete intensificar as tensões na região no futuro próximo. Enquanto os EUA continuam a exercer hegemonia no hemisfério Ocidental, estão determinados a conter qualquer tentativa da China de estender sua influência no hemisfério Oriental. A rivalidade entre duas potências globais está moldando o cenário internacional, exigindo respostas estratégicas cuidadosamente elaboradas por todas as nações envolvidas.

Na esteira da Estratégia de Contenção de George Kennan durante a Guerra Fria, observa-se o ressurgimento e adaptação de diversos elementos diplomáticos, militares e econômicos para assegurar controle e influência em áreas geopolíticas estratégicas, pilares fundamentais da abordagem contemporânea da Nova Estratégia da Contenção. Medidas diplomáticas estabelecem alianças e parcerias para fortalecer a posição dos EUA e aliados, enquanto o componente militar dissuade ameaças e protege interesses estratégicos. No campo econômico, estratégias como ajuda financeira, investimentos e sanções moldam comportamentos, visando vantagens geoeconômicas.

Manifestada principalmente por meio de alianças estratégicas, a Nova Estratégia da Contenção, reflete uma continuidade e evolução das estratégias delineadas por Kennan, adaptando-se aos desafios contemporâneos. As fronteiras entre os domínios diplomático, militar e econômico estão cada vez mais interconectadas. Baseada em alianças e parcerias, evidenciadas por iniciativas como o Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD) e a Parceria de Segurança Trilateral AUKUS, sendo a última, importante objeto de estudo neste trabalho.

Com base na análise de documentos oficiais e nas ações concretas conduzidas tanto pelos Estados Unidos quanto por seus parceiros, fica claro que a política externa dos EUA, desde o governo do Presidente Barack Obama até o atual governo do Presidente Joe Biden, tem sido caracterizada pela implementação da Nova Estratégia de Contenção. Tal estratégia tem como objetivo conter de forma efetiva o crescente

poderio chinês na região do Indo-Pacífico, representando um marco fundamental na história contemporânea do Sistema Internacional.

No próximo capítulo, buscaremos investigar e compreender a parceria de segurança trilateral AUKUS, com particular interesse quanto à estratégia de emprego dos Submarinos Convencionalmente Armados de Propulsão Nuclear (SCPN) que serão adquiridos pela Marinha Real Australiana (RAN).

### 3 A AUKUS E O NOVO ENFOQUE ESTRATÉGICO AUSTRALIANO

A relação da Austrália com o oceano é tão atemporal quanto as próprias ondas, um vínculo forjado pelo ritmo incessante das marés e pelo espírito de seu povo<sup>39</sup> (Winton, 1993).

(Tim Winton, 1960-, escritor australiano).

Após estabelecermos a correlação entre a Estratégia da Contenção adotada como política externa pelos EUA durante a Guerra Fria e a subsequente evolução dessa estratégia, refletida na Nova Estratégia da Contenção implementada pelos governos estadunidenses e seus aliados a partir da segunda década do século 21, voltamos nossa atenção para a parceria de segurança trilateral AUKUS, que se destaca como ponto fulcral no presente trabalho.

Nosso questionamento investigativo é: qual estratégia será implementada pela Real Marinha Australiana (RAN), com especial atenção ao emprego do Submarino Convencionalmente Armado de Propulsão Nuclear (SCPN), no contexto da parceria trilateral de segurança AUKUS, considerando a Nova Estratégia da Contenção diante da assertividade chinesa na região do Indo-Pacífico?

O propósito deste capítulo é realizar uma análise das características predominantes da AUKUS, com ênfase especial na utilização dos SCPN, além de compreender o novo enfoque estratégico adotado pelas Forças de Defesa Australianas (FDA) e suas implicações na RAN. Nosso intento é examinar tanto suas capacidades presentes quanto suas perspectivas futuras, em resposta à crescente assertividade da China na região do Indo-Pacífico.

Assim, este capítulo será organizado em cinco seções distintas. A primeira seção discorrerá sobre a origem e desenvolvimento da parceria de segurança trilateral AUKUS, estabelecida entre os Austrália, Reino Unido e Estados Unidos. Na segunda seção, será apresentado o panorama histórico recente das mudanças na postura estratégica da Austrália desde 2016, por meio da análise dos principais documentos oficiais de alto nível relacionados à Defesa. A terceira parte será dedicada à compreensão da nova dinâmica da guerra no mar para a Austrália, à luz das mudanças estratégicas ocorridas. Na seção subsequente, serão examinadas as

---

<sup>39</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: *"Australia's relationship with the ocean is a timeless as the waves themselves a bond forged by the ceaseless rhythm of the tides and the spirit of its people"*.

implicações da AUKUS na Real Marinha Australiana. Por último, serão delineadas algumas conclusões parciais decorrentes da análise conduzida.

### 3.1 O SURGIMENTO DA AUKUS

Em 15 de setembro de 2021, foi anunciada a parceria de segurança trilateral entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, conhecida como AUKUS, por meio de uma videoconferência liderada pelos Chefes de Governo dos três países. Ao longo do anúncio, sem nomear explicitamente a China, a concepção geral foi descrita como tendo os principais objetivos a preservação da segurança e da estabilidade na região do Indo-Pacífico.

O Primeiro-ministro australiano Scott Morrison<sup>40</sup> descreveu a parceria como uma junção da tecnologia, indústria e das forças de defesa em prol da segurança regional e global. O objetivo principal da parceria é fornecer submarinos de propulsão nuclear à Austrália, que serão construídos em um estaleiro localizado na cidade de Adelaide, em estreita cooperação com o Reino Unido e os EUA (The White House, 2021c, p. 1).

Em seguida, o Primeiro-ministro britânico Boris Johnson<sup>41</sup> acrescentou que o projeto AUKUS será um dos mais complexos e tecnicamente exigentes do mundo, com duração de décadas e requerendo tecnologia avançada, baseado na experiência do Reino Unido em submarinos nucleares ao longo de mais de 60 anos. Além de fortalecer a posição do Reino Unido na vanguarda da ciência e tecnologia, o projeto promove uma união estreita entre os três parceiros, refletindo valores compartilhados de liberdade e democracia. A aquisição de submarinos de propulsão nuclear representa decisão de grande importância estratégica, sendo a disposição da Austrália em participar profundamente valorizada, pois reflete a parceria natural, enraizada na longa história de amizade e aliança democrática com o Reino Unido (The White House, 2021c, p. 2).

O Presidente Joe Biden encerra o importante anúncio do início da parceria AUKUS reafirmando que os três países possuem longa aliança militar como nas

---

<sup>40</sup> Scott John Morrison (nascido em 1968) foi o Primeiro-ministro da Austrália, no período de 2018 a 2022.

<sup>41</sup> Alexander Boris Johnson (nascido em 1964) foi o Primeiro-ministro do Reino Unido, no período de 2019 a 2022.

Primeira e Segunda Guerras Mundiais, Guerra da Coreia e nas Guerras do Golfo. Essa relação permite aprofundar e formalizar a cooperação entre as três nações, com o objetivo de garantir a paz e a estabilidade na região do Indo-Pacífico a longo prazo. Em seu ponto de vista, o destino de cada uma das nações envolvidas e, em sentido mais amplo, o curso futuro do mundo depende de um Indo-Pacífico livre e aberto, capaz de prosperar e florescer nas próximas décadas. Elemento crucial no empreendimento é a decisão da Austrália de adquirir submarinos convencionalmente armados, porém com propulsão nuclear, para fortalecer sua Marinha. Tal medida representa um dos pilares fundamentais da parceria AUKUS (The White House, 2021c, p. 3).

Para George Friedman (2024), a parceria AUKUS está entre as alianças mais importantes do mundo na segunda década do século 21. Unindo três países que lutaram juntos nas duas guerras mundiais e em uma variedade de outros conflitos, ela pode ser considerada como uma descendência dos “Cinco Olhos”<sup>42</sup>, iniciativa de compartilhamento de inteligência pós-Segunda Guerra Mundial formada pela Austrália, Canadá, EUA, Nova Zelândia e Reino Unido, que está muito ativa até hoje.

A parceria AUKUS tem um propósito estratégico significativo. Inicialmente anunciada como mecanismo para auxiliar a Austrália na aquisição de submarinos de propulsão nuclear, ela posteriormente englobará compartilhamento mais amplo e aprimorado de inteligência, capacidades militares-industriais, operações de segurança mais robustas e o desenvolvimento conjunto de novas armas. Mas, em termos claros, seu objetivo é conter a Marinha chinesa e impedir que ela domine qualquer parte do Indo-Pacífico (Friedman, 2024, p. 1).

De fato, os países parceiros não se limitam apenas ao Indo-Pacífico em suas preocupações. Embora o Atlântico não esteja sob ameaça iminente atualmente, é importante reconhecer que, assim como desempenhou papel central nos conflitos mundiais do passado, ele também pode se tornar uma região de risco no futuro (Friedman, 2024, p. 2).

Os membros da AUKUS reconhecem que qualquer ameaça existencial que possam enfrentar no futuro virá do mar. Todos os seus membros são nações “insulares”, incluindo os EUA, que, por não possuírem inimigos em fronteiras

---

<sup>42</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “Five Eyes”.

terrestres, devem focar essencialmente na proteção das águas ao seu redor. Embora a parceria esteja orientada principalmente na esfera naval, não se pode ignorar seu poder econômico. Especialmente direcionada para lidar com desafios da China, à medida que se desenvolve para uma aliança mais sofisticada, a AUKUS incorporará todas as dimensões do poder nacional em sua missão (Friedman, 2024, p. 2).

Desse modo, em 05 de abril de 2022, sete meses após o anúncio da parceria, os países componentes detalharam como seria feita a sua implementação, com duas linhas principais (The White House, 2022c):

(A) Uma relacionada a submarinos, com o fornecimento à Marinha Real Australiana de uma capacidade de operar SCPN, mantendo os mais altos padrões de não proliferação nuclear, com foco na interoperabilidade e benefício mútuo; e

(B) A outra está ligada a capacidades avançadas, nas quais haverá o desenvolvimento e fornecimento de capacidades militares avançadas conjuntas para promover a segurança e a estabilidade na região do Indo-Pacífico.

Sem dúvida, o aspecto mais delicado da parceria entre os três países é a construção de submarinos de propulsão nuclear para a Austrália, fazendo uso da tecnologia dos EUA, que até então só havia sido compartilhada com o Reino Unido há 60 anos. O Acordo de Troca de Informações de Propulsão Nuclear Naval (ENNPIA)<sup>43</sup>, em vigor desde fevereiro de 2022, possibilita que os parceiros da AUKUS compartilhem informações sobre propulsão nuclear naval de maneira trilateral. A iniciativa marca um avanço significativo na cooperação entre os países envolvidos, mas também levanta questões sensíveis sobre a segurança e o equilíbrio de poder na região (Rodrigues, 2023, p. 167).

Adicionalmente, o governo australiano anunciou o plano de estabelecer a operação dos SCPN a partir da Base Naval de Perth, localizada na costa oeste da Austrália (Anexo C). O anúncio implica na transformação da atual base naval de submarinos convencionais em uma infraestrutura preparada para abrigar submarinos de propulsão nuclear, representando avanço significativo na capacidade de defesa e na infraestrutura naval do país (Rodrigues, 2023, p. 168).

Além disso, a Austrália está assegurando uma extensa área para o estaleiro de construção dos submarinos de propulsão nuclear, incluindo áreas adjacentes ao

---

<sup>43</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Exchange of Naval Nuclear Propulsion Information Agreement (ENNPIA)*".

Estaleiro Osborne North, localizado no sul do país. Tal estaleiro, situado aproximadamente a 20 quilômetros a noroeste do centro da cidade de Adelaide, capital da região da Austrália do Sul, possui uma localização estratégica (Anexo C). Sua proximidade com Adelaide oferece uma vantagem logística significativa para o projeto de construção de submarinos nucleares, facilitando o acesso a recursos, mão de obra qualificada e outras infraestruturas necessárias para o sucesso do empreendimento (Rodrigues, 2023, p. 168).

Embora nenhum dos três países tenha mencionado explicitamente a China, o acordo é amplamente interpretado como resposta ao expansionismo de Pequim no Mar do Sul da China, no Índico e no Pacífico. Apesar de ser o principal parceiro comercial da Austrália, Camberra tem expressado preocupações quanto à alegada interferência de Pequim em seus assuntos internos, além da redução nas importações de produtos australianos, como carvão e carne. Em resposta, a Austrália tem implementado restrições ao investimento chinês e proibido uma empresa líder de telecomunicações da China de participar do desenvolvimento da infraestrutura tecnológica australiana (Rodrigues, 2023, p. 168).

Todavia, durante o processo de implantação da parceria, a China vem explicitamente demonstrando as suas preocupações. De acordo com Cheng (2022), a AUKUS representa ameaça direcionada e substancial que merece atenção cuidadosa, pois impulsiona a formação de uma espécie de "OTAN Asiática", com implicações significativas para a China.

Para o país asiático, as ameaças são duplas, começando com as implicações militares diretas. A própria AUKUS, materializada pelos SCPN, intensifica o dilema da segurança regional ao demonstrar capacidades militares robustas. Além disso, há preocupações de que a nova parceria possa desencadear corrida armamentista na região, gerando apreensão na China. Em resposta, é provável que Pequim adote contramedidas específicas, enquanto outros países vizinhos, sentindo-se ameaçados, também deverão aumentar suas capacidades militares (Cheng, 2022, p. 6).

Em segundo lugar, a outra preocupação é de ordem estratégica. Sua implantação na região do Indo-Pacífico, com os SCPN operando a partir de território australiano, mais precisamente da Base Naval de Perth, desempenhará papel fundamental na guerra antissubmarina coordenada pelos Estados Unidos e seus parceiros, visando conter os submarinos nucleares chineses. Alguns analistas argumentam que isso poderia ameaçar a capacidade de retaliação nuclear da China,

minando sua dissuasão estratégica e, conseqüentemente, desestabilizando o equilíbrio estratégico vigente (Cheng, 2022, p. 6).

Desta feita, o governo chinês oficialmente expressou seu descontentamento por meio de editorial no jornal chinês *Global Times*, assinado pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Zhao Lijian (2021):

A cooperação em tecnologia de submarinos de propulsão nuclear entre os EUA, o Reino Unido e a Austrália prejudicará gravemente a paz e a estabilidade regionais, agravará a corrida armamentista e prejudicará os esforços internacionais de não proliferação nuclear. Contraria os desejos dos países regionais. Os três países devem descartar a mentalidade de soma zero da Guerra Fria e a perspectiva geopolítica estreita, seguir a tendência dos tempos para a paz e o desenvolvimento e parar de formar blocos ou panelinhas exclusivas (Lijian, 2021, p. 2)<sup>44</sup>.

A despeito das reclamações chinesas, o projeto de implantação dos SCPN foi dividido em fases. A "Fase Um" trará o aumento significativo nas visitas de submarinos do Reino Unido e dos EUA aos portos australianos, além de proporcionar treinamento intensivo para submarinistas australianos a bordo dessas embarcações. O primeiro estágio da parceria será de extrema importância, especialmente considerando as dificuldades enfrentadas pela RAN, no passado, para tripular adequadamente seus submarinos convencionais da classe Collins<sup>45</sup> (Austrália, 2024, p. 42).

As visitas estabelecerão as bases para a "Força Rotacional de Submarinos – Oeste"<sup>46</sup> começar a operar na Austrália Ocidental já em 2027, aumentando progressivamente até o estágio de quatro submarinos nucleares rotativos dos EUA e um submarino nuclear rotativo do Reino Unido. Os parceiros AUKUS enfatizaram que os submarinos não serão estacionados permanentemente na Austrália, mas manterão uma presença rotativa para proporcionar oportunidades adicionais de treinamento aos submarinistas australianos (Austrália, 2024, p. 42).

---

<sup>44</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Cooperation on nuclear-powered submarine technology between the US, the UK, and Australia will gravely undermine regional peace and stability, aggravate arms race and impair international nuclear non-proliferation efforts. It runs counter to regional countries' wishes. The three countries should discard the Cold War zero sum mentality and narrow geopolitical perspective, follow the trend of the times for peace and development, and stop forming exclusive blocs or cliques*" (Lijian, 2021).

<sup>45</sup> Os submarinos da classe Collins, projetados e construídos pela empresa *Australian Submarine Corporation*, compreendem um total de seis unidades, construídas ao longo do período de 1990 a 2003. Esses submarinos ainda estão em serviço na RAN, porém, está previsto seu descomissionamento no início da década de 2030.

<sup>46</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Submarine Rotational Force – West*".



Em sequência, a “Fase Dois” contempla a venda de pelo menos três e até cinco submarinos da classe Virgínia<sup>47</sup> dos EUA durante a década de 2030. Os novos meios destinam-se a substituir os submarinos da classe Collins, que deverão ser descomissionados no período em questão. Dessa forma, a transação culminará na entrega de submarinos da classe Virginia já operacionais, em contraste com a proposta inicial, que previa a montagem em um estaleiro local na cidade de Adelaide (Austrália, 2024, p. 42).

Por fim, a “Fase Três”, possivelmente a mais complexa, implica na concepção de um submarino completamente novo, dotado de propulsão nuclear e armamento convencional — o SCPN-AUKUS. Esse submarino será desenvolvido com base no projeto britânico, integrando tecnologia proveniente dos EUA e da Austrália. Os britânicos já estavam em processo de desenvolvimento de um novo modelo para sua próxima geração de submarinos quando a parceria AUKUS foi anunciada. Portanto, optou-se por prosseguir com esse projeto, considerando-o o caminho mais eficiente a ser seguido (Austrália, 2024, p. 42).

Tanto a RAN quanto a Marinha Real Britânica (RN) utilizarão os submarinos da classe SCPN-AUKUS, visando otimizar e diminuir os custos da manutenção. Além disso, a construção dos novos submarinos para a RAN será realizado em estaleiro australiano, enquanto o combustível nuclear será fornecido diretamente pelo Reino Unido ou EUA. O combustível será entregue em unidade completa e soldada, que será instalada diretamente no reator.

A assertividade chinesa nas últimas décadas, somada ao surgimento da parceria de segurança trilateral AUKUS, tem provocado uma transformação significativa na política de defesa australiana. Esse contexto impulsiona uma revisão aprofundada das estratégias e prioridades do país frente ao cenário de segurança regional e global.

Como iremos abordar na próxima seção, as mudanças são evidenciadas em documentos de alto nível na área de defesa, tais como o *Defence White Paper*

---

<sup>47</sup> Os submarinos da classe Virginia foram concebidos e construídos pelas empresas *General Dynamics Electric Boat* e *Huntington Ingalls Industries Newport News Shipbuilding*. Desde o ano 2000, um total de 22 unidades foram construídas, de um pedido total de cerca de 60 submarinos. A mais recente unidade foi comissionada em outubro de 2023. Tais submarinos são movidos por um reator nuclear que não necessita de recarga ao longo de toda a vida útil da embarcação.

publicado em 2016, o *National Defence: Defence Strategic Review* de 2023 e, principalmente, a *National Defence Strategy* de 2024.

### 3.2 A MUDANÇA DE POSTURA ESTRATÉGICA DA AUSTRÁLIA

A região do Indo-Pacífico tornou-se, a partir da derrota do Japão em 1945 até os dias de hoje, o local do Globo com as maiores e mais importantes alterações regionais do equilíbrio militar. A alteração principal foi o crescimento global da capacidade militar da China. Durante muitas décadas, a influência dos EUA na Ásia tem se fundamentado na sua capacidade de projetar poder militar por via marítima no Pacífico Ocidental, especialmente em torno das nações insulares chave da região — Japão e os Estados costeiros do Sudeste Asiático. Essa capacidade foi sustentada pela garantia dos Estados Unidos de manter o controle marítimo contra qualquer potencial adversário asiático.

Desde então, houve uma série de mudanças significativas. O orçamento de defesa da China tem crescido em paralelo com o seu desenvolvimento econômico, com grande parte desses recursos adicionais direcionados para expandir a sua capacidade de dissuadir a projeção de poder pelos Estados Unidos no Pacífico Ocidental. A China tem concentrado esforços significativos na construção de forças capazes de negar o acesso às águas próximas à sua costa para as forças navais dos EUA. Embora as forças militares da China continuem menos capacitadas do que as estadunidenses em termos gerais e suas forças navais ainda não alcancem o mesmo nível de excelência, ela tem explorado com sucesso as disparidades entre as estratégias de negação e do controle marítimo.

Como resultado, os Estados Unidos hoje enfrentariam desafios significativos para estabelecer controle marítimo no Indo-Pacífico em confronto com seu mais provável adversário asiático. Não é de surpreender que a estrutura militar dos EUA esteja engajada, há algum tempo, em estratégias para lidar com o que eles identificam como as capacidades antiacesso/negação de área<sup>48</sup> (A2/AD) da China. De acordo

---

<sup>48</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*Anti-access/Area-Denial (A2/AD)*”. O conceito estratégico A2/AD foi cunhado por estrategistas dos EUA, como sendo: A2 — capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para impedir que uma força opositora entre em uma área operacional e AD — capacidades, geralmente de menor alcance, projetadas não para manter o inimigo afastado, mas para limitar sua liberdade de ação dentro da área operacional (EUA, 2012).

com as análises de Hugh White<sup>49</sup>, o avanço contínuo da China está provocando uma mudança significativa na dinâmica estratégica do continente asiático. Portanto, a dominância futura dos EUA e de seus parceiros na região não pode mais ser considerada como garantida (White, 2019, p. 26).

Por muito tempo, todas as grandes decisões sobre a defesa da Austrália foram baseadas em dois pressupostos. Em primeiro lugar foi assumido que há pouca chance de que a Austrália enfrente uma ameaça militar de qualquer grande potência na Ásia. O segundo pressuposto foi que, se por algum motivo, uma grande potência ameaçasse a Austrália, os EUA viriam em sua defesa. Partindo dessas suposições, concluiu-se que a Austrália não precisaria de forças armadas capazes de defender o país ou seus interesses independentemente. Para situações além disso, seria possível e adequado depender dos seus aliados e, em contrapartida, as forças australianas deveriam estar prontas e aptas para apoiá-los em outros conflitos (White, 2019, p. 12).

Entretanto, a garantia de apoio externo tem sido questionada, diante da rápida ascensão da China como potência militar com objetivos regionais evidentes. Essa ascensão suscita preocupações legítimas sobre a extensão do poder chinês e seu possível uso na região do Indo-Pacífico. Caso a tendência persista, a China se consolidará como a principal força militar na região, capaz de impor sua vontade sobre os países vizinhos. Segundo White, a capacidade de defesa individual dos outros países da região é limitada e a cooperação para uma defesa coletiva eficaz é improvável. Nos próximos anos, a Austrália deve possuir os meios necessários para se proteger (White, 2019, p. 46).

Somada à assertividade chinesa, a percepção estratégica australiana foi fortemente influenciada pela anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, evento que resultou na imposição de sanções econômicas pelos EUA, União Europeia e outros países. No entanto, tais medidas não tiveram grandes consequências práticas para a Ucrânia, que acabou perdendo parte de seu território.

Nesse sentido, a publicação do *Defence White Paper 2016* marcou uma revisão abrangente e atualização das estratégias de defesa anteriores. O referido documento desempenhou papel crucial ao identificar as mudanças significativas no ambiente

---

<sup>49</sup> Hugh White (nascido em 1953) é professor emérito do Centro de Estudos Estratégicos e de Defesa da Universidade Nacional da Austrália, em Canberra. Autor de trabalhos sobre estratégia militar e relações internacionais.

estratégico global. Por conseguinte, seu propósito primordial foi estabelecer nova abordagem de defesa, visando fortalecer não apenas a segurança e a estabilidade da Austrália, mas também da região do Indo-Pacífico como todo.

O *Defence White Paper 2016* ressaltou que cada vez mais países estavam capacitados a projetar poder de combate a distâncias consideráveis, inclusive ameaçando as linhas de comunicação marítimas, essenciais para a prosperidade econômica da nação. Além disso, enfatizou que a guerra cibernética transcende barreiras geográficas, enquanto o surgimento de mísseis de longo alcance na guerra moderna reduz drasticamente as vantagens geográficas históricas da Austrália, eliminando o conforto relativo da distância que sempre foi uma vantagem estratégica (Austrália, 2016, p. 33).

Nesse cenário, a partir de 2016, as FDA iniciaram uma reestruturação focada em competências essenciais, priorizando inteligência, vigilância, reconhecimento, sistemas baseados no espaço, guerra eletrônica e segurança cibernética, com claro destaque para o ambiente marítimo. Além disso, houve necessidade premente de desenvolver capacidades significativas na área de mísseis de longo alcance, assim como de fortalecer substancialmente a Força Submarina do país. Essas medidas foram fundamentais para adaptar as capacidades de defesa da Austrália aos desafios emergentes e às novas dinâmicas do cenário global de segurança (Austrália, 2016, p. 86).

Porém, o primeiro documento de alto nível, a expressar claramente a necessidade premente de alteração estratégica das FDA foi o *National Defence: Defence Strategic Review 2023*, podendo ser observado no trecho abaixo:

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, houve inúmeros documentos estratégicos, revisões da defesa e livros brancos destinados a orientar a contribuição da Defesa para a nossa segurança. Durante este período, a Austrália enfrentou riscos de segurança significativos, mas nossas circunstâncias estratégicas atuais são radicalmente diferentes. Nosso parceiro de aliança, os Estados Unidos, não é mais o líder unipolar do Indo-Pacífico. A região assistiu ao regresso de uma competição estratégica de grandes potências, cuja intensidade deve ser vista como a característica definidora da nossa região e do nosso tempo. Os riscos estratégicos que enfrentamos exigem a implementação de uma nova abordagem para o planejamento de defesa, postura e estrutura de forças, desenvolvimento de capacidades e de aquisições (Austrália, 2023, p. 17)<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “Since the end of the Second World War, there have been innumerable strategic papers, defence reviews and white papers aimed at guiding Defence’s contribution to our security. During this period, Australia has faced significant security risks,

Adicionalmente, a publicação, com base na reavaliação do ambiente estratégico, trouxe de maneira explícita a recomendação para que as FDA passassem a adotar uma “*Strategy of Denial*” (SOD)<sup>51</sup>, concentrada no desenvolvimento de capacidades de A2/AD (Austrália, 2023, p. 49).

Em 14 de abril de 2024, o Ministério da Defesa australiano lançou o *National Defence Strategy 2024*. O documento afirma que, devido às incertezas e tensões decorrentes da competição estratégica entre as potências econômicas EUA e China, a Austrália já não dispõe de uma janela de alerta de dez anos para a eclosão de eventuais conflitos (Austrália, 2024, p. 11).

Manter um equilíbrio estratégico regional favorável é tão importante para a economia da Austrália como o é para a sua segurança. Sendo uma nação marítima e potência regional média, a Austrália depende do livre fluxo de bens, serviços e finanças no mercado global, e das regras e normas que protegem estas atividades. Como tal, a prosperidade econômica e a segurança da Austrália permanecem intimamente ligadas à evolução do ambiente internacional e à manutenção da paz e estabilidade globais (Austrália, 2024, p. 12).

No entanto, a China tem empregado táticas coercitivas para alcançar seus objetivos estratégicos, incluindo a abordagem enérgica em disputas territoriais e a realização de interceptações inseguras de navios e aeronaves que operam em conformidade com o direito, em águas e espaço aéreo internacionais (Austrália, 2024, p. 12).

No prefácio do *National Defence Strategy 2024*, escrito pelo Ministro da Defesa Australiano, o Deputado Richard Marles<sup>52</sup>, aponta que a SOD tornar-se-á a pedra angular do planejamento da Estratégia de Defesa Nacional. As FDA deixarão de ser uma força multifacetada, capaz de responder a uma série de contingências, para uma

---

*but our current strategic circumstances are now radically different. Our Alliance partner, the United States, is no longer the unipolar leader of the Indo-Pacific. The region has seen the return of major power strategic competition, the intensity of which should be seen as the defining feature of our region and time. The strategic risks we face require the implementation of a new approach to defence planning, force posture, force structure, capability development and acquisition”* (Austrália, 2023).

<sup>51</sup> Nota do Autor: optamos por manter a expressão original em língua inglesa, “*Strategy of Denial*” (SOD), com o propósito de tornar mais acessível ao leitor a compreensão em contraste com a Estratégia da Contenção e a Nova Estratégia da Contenção previamente discutidas neste trabalho.

<sup>52</sup> Richard Donald Marles (nascido em 1967) é um político australiano. Ocupa o cargo de Ministro da Defesa desde 2022.

força integrada<sup>53</sup> e focada<sup>54</sup>, concebida para enfrentar os riscos estratégicos mais significativos da Austrália. Ademais, o governo tomou decisões difíceis, mas necessárias, para cancelar, desinvestir, atrasar ou redefinir projetos ou atividades que não são essenciais para as circunstâncias estratégicas atuais (Austrália, 2024, p. 7).

Com efeito, o governo australiano adotou a SOD como parte de suas iniciativas de segurança nacional. Tal estratégia, combinada com outras ferramentas de expressão nacional da Austrália, tem o objetivo de dissuadir conflitos antes mesmo de seu surgimento, prevenir qualquer tentativa de coerção por parte de potenciais adversários por meio da força, promover a segurança e prosperidade na região e manter o equilíbrio estratégico favorável no cenário regional. A implementação eficaz dessa estratégia exige a construção de capacidades críveis em todas as áreas de defesa, dificultando, em virtude disso, os cálculos de qualquer adversário em potencial. A SOD aborda cinco domínios-chave: marítimo, terrestre, aéreo, espacial e cibernético (Austrália, 2024, p. 21).

O *National Defence Strategy 2024* descreve, literalmente, o conceito da “*Strategy of Denial*” (SOD):

Projetada para dissuadir um adversário potencial de tomar ações que seriam hostis aos interesses e à estabilidade regional da Austrália. A *Strategy of Denial* envolve trabalhar com os EUA e parceiros-chave para garantir que nenhum país tente alcançar os seus objetivos regionais por meio de ação militar. Ao assinalar uma capacidade crível de manter em risco forças potenciais adversárias, esta estratégia também procura dissuadir tentativas de coagir a Austrália por meio da força. Ambos os objetivos envolvem alterar a crença de qualquer adversário potencial de que poderia alcançar as suas ambições com força militar a um custo aceitável (Austrália, 2024, p. 22)<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> O termo “integrada” refere-se a uma abordagem coordenada e unificada na qual diferentes componentes das FDA trabalham juntas de maneira coesa. A integração garante que todas as atividades e políticas de defesa sejam alinhadas com as estratégias mais amplas do país (Austrália, 2024).

<sup>54</sup> O termo “focada” refere-se à concentração nas capacidades e objetivos estratégicos mais significativos. Isso significa que as FDA serão direcionadas especificamente para enfrentar os maiores riscos estratégicos enfrentados pelo país. As forças priorizarão o desenvolvimento e a implantação de capacidades militares que abordem necessidades estratégicas e operacionais específicas, com base em cenários realistas e priorizados, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz (Austrália, 2024).

<sup>55</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*Designed to deter a potential adversary from taking actions that would be inimical to Australia’s interests and regional stability. The Strategy of Denial involves working with the US and key partners to ensure no country attempts to achieve its regional objectives through military action. By signalling a credible ability to hold potential adversary forces at risk, this strategy also seeks to deter attempts to coerce Australia through force. Both objectives involve altering any potential adversary’s belief that it could achieve its ambitions with military force at an acceptable cost*” (Austrália, 2024).

A SOD requer a aplicação em três objetivos de defesa predominantes, são eles: moldar o ambiente estratégico da Austrália; impedir ações contra os interesses da Austrália e responder com força militar crível, quando necessário. O documento define como principal área de interesse militar, ou seu entorno estratégico, a região que abrange o nordeste do Oceano Índico, o sudeste asiático marítimo e o Pacífico (Austrália, 2024, p. 22).

Com isso, observamos que o rápido crescimento econômico e militar da China, juntamente com os contínuos avanços de outras potências regionais em recursos militares, estão impulsionando crescente percepção da necessidade de adaptar a estratégia de defesa australiana ao novo contexto do Sistema Internacional. Além disso, apesar dos documentos mencionados enfatizarem a persistente necessidade de aliança com os EUA, parece que os australianos estão se tornando mais conscientes de seu papel como potência regional média. Com o objetivo de salvaguardar seus interesses, estão reconhecendo a importância de uma capacidade de defesa cada vez mais autônoma, versátil e moderna, capaz de neutralizar ações iniciadas por outros atores.

Logo, torna-se relevante notar que a atual postura estratégica nos conduz a novo paradigma. O novo enfoque busca não apenas impedir um ataque direto ao país, mas também evitar a execução de ações nas proximidades de seu território que possam interferir em seus interesses. Isso sustenta a ideia do desenvolvimento da SOD, que envolve agir proativamente contra uma força militar superior, impedindo que tais elementos se aproximem de seu território. Além disso, como se deduz pela busca em desenvolver a sua Força de Submarinos, mesmo com o foco principal na defesa, os australianos reconhecem a importância de postura potencialmente ofensiva para alcançar seus objetivos, dada a natureza intrínseca desse meio naval.

As próximas seções do capítulo três se concentrarão numa análise mais detalhada do domínio-chave marítimo dentro da nova abordagem estratégica da Austrália e, principalmente, quanto ao emprego dos SCPN da parceria trilateral de segurança AUKUS.

### 3.3 A NOVA GUERRA NO MAR AUSTRALIANA

Para Hugh White (2019), a guerra no mar é diferente da guerra em terra. A guerra marítima não se trata de conquistar ou ocupar o mar, como é o objetivo precípua da guerra terrestre, mas conseguir o poder de usá-lo para deslocar-se de um lugar para outro. Daqui decorre que existem dois tipos básicos de operações marítimas: as que visam utilizar o mar e as que visam impedir que outros o façam. O primeiro tipo é chamado de controle do mar, e o segundo é chamado de negação do mar. Nem o controle do mar nem a negação do mar são absolutos.

Como tudo no mar, eles são transitórios e relativos, por isso devemos sempre pensar na capacidade de uma Marinha de controlar ou negar uma área de mar contra determinado adversário, em determinado momento e com diferentes graus de certeza. Dentre os estrategistas navais mais renomados, o Almirante Castex<sup>56</sup> foi o mais claro ao declarar: “o domínio do mar não é absoluto, mas relativo, incompleto e imperfeito” (Castex *apud* Till, 2018, p. 185)<sup>57</sup>.

De certa forma, a negação do mar e o controle do mar são duas faces da mesma moeda, mas isso não significa que sejam simplesmente imagens espelhadas uma da outra. Na verdade, elas diferem de várias maneiras importantes. Uma diferença é que a negação do mar muitas vezes pode ser, no nível operacional, um fim em si mesma, enquanto o controle do mar é apenas um meio para alcançar algum objetivo adicional, como lançar um ataque aéreo, desembarcar uma força anfíbia ou movimentar material e pessoal. Uma distinção adicional é que uma força que assegura o controle do mar quase sempre terá a capacidade de negar o mar, enquanto o contrário nem sempre é verdadeiro. É perfeitamente possível que ambos os lados alcancem a negação do mar, enquanto nenhum deles alcance o controle do mar (White, 2019, p. 65).

A guerra naval e a guerra terrestre também se diferem na assimetria inerente entre ataque e defesa, a guerra naval dá ao atacante uma grande vantagem natural sobre um defensor na maioria das situações. Isso porque o atacante pode escolher a hora e o local para o ataque e concentrar suas forças para isso, enquanto o defensor deve estar pronto para defender onde e quando o ataque vier.

---

<sup>56</sup> Raoul Castex (1878-1968) foi almirante da Marinha Nacional Francesa, considerado um dos maiores teóricos navais da França. Foi Diretor do *Centre des Hautes Études Navales* e o primeiro Diretor do *Institut des Hautes Études de Défense Nationale* (Wedin, 2015).

<sup>57</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*The mastery of the sea is not absolute but relative, incomplete and imperfect*” (Till, 2018).



Pode parecer surpreendente que isso funcione a favor da negação do mar em vez do controle do mar, porque a negação do mar é inerentemente defensiva. Mas é defensiva apenas a nível estratégico. A nível operacional e tático é altamente ofensiva. A força que tenta alcançar a negação do mar deve atacar as forças que tentam alcançar o controle do mar, enquanto essas forças devem se defender dos ataques de seu adversário. Uma força que busca o controle do mar deve se defender continuamente enquanto estiver ao alcance das forças do adversário, enquanto seu adversário pode atacar onde e quando quiser (White, 2019, p. 66).

Atualmente, em virtude dos avanços tecnológicos como veremos adiante, a disputa entre uma força tentando controlar o mar e um adversário tentando negá-lo é muito desigual em favor do último. Esse é um fator-chave que molda as perspectivas estratégicas contemporâneas da Austrália.

Como já apresentado, manter o controle do mar demanda esforço defensivo constante, com meios de defesa prontamente disponíveis para proteger tanto os próprios navios de guerra quanto outros navios sob sua guarda. Apenas os navios de guerra possuem a capacidade de permanecer em posição para enfrentar ameaças contínuas e defender-se de ampla gama de ataques, incluindo aéreos, de superfície e submarinos. Por conseguinte, a presença constante fornecida pelos navios de guerra é essencial para o controle marítimo.

Além disso, os navios de superfície permanecem como a única opção viável para transportar grandes cargas e transportar meios aéreos ou terrestres convencionais à longas distâncias. Isso significa que o controle marítimo visa primordialmente assegurar a proteção desses navios contra possíveis ataques, em síntese, os navios de guerra dependem do controle marítimo para sua própria proteção contra as forças inimigas.

Durante muito tempo, essa interdependência não representava um problema, uma vez que os navios de guerra dominavam os mares sem contestação. Nesse período, a negação do mar e o controle do mar estavam essencialmente alinhados. Até o final do século 19, a supremacia naval era estabelecida por meio de grandes navios equipados com poderosos canhões. Em virtude disso, tanto a negação quanto o controle do mar eram alcançados por meio de esquadras de grandes navios armados com essas armas poderosas.

Mas tudo isso mudou rapidamente no início do século 20, graças a uma série verdadeiramente notável de inovações tecnológicas que se uniram em pouco tempo

para lançar uma revolução na guerra marítima, como as minas marítimas, torpedos e submarinos, que ofereceram novas e muito mais baratas maneiras de afundar navios, enquanto as aeronaves forneciam maneiras de encontrá-los em mar aberto e logo apresentariam novas maneiras de afundá-los também. Enquanto isso, o advento do rádio permitiu que esses novos sensores e armas atuassem juntos para encontrar e combater navios. Isso significava que se poderia alcançar a negação do mar sem enviar meios de superfície, usando aviões, minas marítimas ou submarinos.

Segundo Geoffrey Till (2018), as percepções sobre o impacto das novas tecnologias no poder naval de superfície, incluindo mísseis, torpedos, minas, aeronaves baseadas em terra ou remotamente tripuladas, sugerem que mesmo marinhas com menos desenvolvimento industrial estão tornando-se uma ameaça visível para as marinhas de "águas azuis" ao operar em áreas marítimas ao alcance da costa (Till, 2018, p. 190).

As tendências atuais da guerra no mar têm acentuado o desequilíbrio entre a negação e o controle do mar, especialmente na vigilância e orientação de mísseis de precisão. Os avanços tecnológicos na vigilância têm facilitado o monitoramento contínuo de vastas áreas oceânicas, tornando a localização de navios uma tarefa mais acessível. No entanto, a evolução na orientação de mísseis de precisão aumentou a vulnerabilidade dos navios de superfície, tornando-os alvos mais fáceis de atacar.

A Austrália está recalibrando sua estratégia em resposta à crescente instabilidade no Indo-Pacífico. Ao invés de concentrar-se em ataques diretos ao seu território, está adotando a SOD que exige colaboração entre diferentes setores do poder nacional, incluindo as forças armadas e alianças internacionais. Apesar de buscar independência estratégica, a Austrália reconhece o valor das parcerias, especialmente com os EUA e o Reino Unido, para alcançar seus objetivos estratégicos. Essa abordagem sublinha a importância da AUKUS para fortalecer suas capacidades na região do Indo-Pacífico.

### 3.4 IMPLICAÇÕES NA MARINHA REAL AUSTRALIANA

Para alcançar o objetivo proposto na *National Defence Strategy 2024*, a componente marítima da SOD exigirá reestruturação significativa da RAN em comparação com sua configuração vigente. A estrutura atual da Marinha foi concebida

para o controle do mar e a projeção de poder, principalmente em apoio à USN. Todavia, essa abordagem já não se alinha com os objetivos de uma força naval que busca ser mais integrada e focada, conforme determinado pelo documento. O requisito primordial é o desenvolvimento de uma Marinha projetada para operar, visando efetivamente à negação do mar.

De fato, a RAN foi concebida originalmente para a defesa do comércio australiano, o apoio às operações de controle marítimo de seus aliados e a proteção do deslocamento das forças australianas, especialmente as forças anfíbias. Entretanto, nenhuma dessas atribuições figura como alta prioridade na nova estratégia delineada. A nova orientação renuncia à busca pelo controle do mar. Em vez disso, direciona o foco para a negação do mar, conferindo prioridade à missão de impedir que adversários exerçam poder por meio do mar, e abandona a noção de projetar forças aéreas ou terrestres por mar contra uma grande potência, considerando tal estratégia desnecessária para a consecução dos objetivos desejados (White, 2019, p. 144).

Até o início da década de 1980, a Real Marinha Australiana (RAN) era centrada no porta-aviões HMAS Melbourne, que simbolizava a ambição do país como potência naval relevante no estilo clássico. No entanto, alocar recursos para o porta-aviões e suas aeronaves absorvia parte significativa do orçamento naval, deixando o restante da força em um papel secundário de apoio e defesa. Com a mudança de prioridades na defesa durante a década de 1970, com foco na proteção direta da Austrália, a importância do porta-aviões diminuiu, levando à decisão de não o substituir em 1983. Embora essa decisão fosse coerente, foi difícil para a Marinha Australiana, já que os porta-aviões eram considerados fundamentais para o poder naval, sendo vistos como a principal plataforma para o controle do mar e a projeção de poder desde a Segunda Guerra Mundial (White, 2019, p. 146).

Com efeito, diante da ausência de um porta-aviões para proteção e escolta, tornou-se ambíguo qual seria o papel dos navios remanescentes como força independente. Como resultado, a RAN iniciou uma transição expressiva, substituindo navios de guerra mais antigos por fragatas menores da classe ANZAC<sup>58</sup>. No entanto,

---

<sup>58</sup> As fragatas da classe ANZAC, conhecidas como MEKO 200 ANZ, compreendem um total de oito unidades, construídas pelo estaleiro AMECON, em Williamstown (AUS), ao longo do período de 1993 a 2006. As oito unidades continuam operando, com previsão do primeiro descomissionamento em 2024.

esses navios enfrentaram desafios significativos, especialmente em termos de capacidade antiaérea e antissubmarina, tornando-os vulneráveis em cenários de conflito de alta intensidade. Reconhecendo a necessidade de modernização, nos anos 2000, deu-se início à substituição das fragatas da classe Adelaide<sup>59</sup> por grandes contratorpedeiros de guerra antiaérea, projetados para lidar com ameaças aéreas e navais mais avançadas. Esse processo de modernização foi complementado pelo projeto "Fragata do Futuro", que almejava substituir as Fragatas ANZAC por navios de maior porte e capacidade, especialmente adaptados para operações antissubmarinas.

As transformações na Armada australiana refletiram a preocupação crescente com os avanços nas capacidades navais, especialmente na região do Sudeste Asiático, com destaque para a China. No entanto, surgem questões sobre o papel dos grandes navios de guerra em futuros conflitos navais, especialmente considerando a evolução das tecnologias de guerra no mar. Embora os navios de superfície sejam decisivos para a projeção de poder terrestre e aéreo por mar, suas vulnerabilidades e custos crescentes levantam dúvidas sobre sua eficácia em conflitos de alta intensidade. A decisão de investir consideravelmente em grandes navios de superfície reflete a suposição de que desempenharão papéis determinantes no controle do mar e projeção de poder (White, 2019, p. 151).

Por seu turno, os submarinos apresentam algumas vantagens, como a capacidade de operar e permanecer em áreas controladas pelo inimigo. No entanto, também enfrentam limitações. Em comparação com os navios de superfície, são menos versáteis e geralmente são empregados para negação do mar, embora possam desempenhar diversas funções secundárias, como coleta de inteligência e lançamento de mísseis contra alvos terrestres.

Cabe ressaltar que sua construção e operação complexas demandam recursos financeiros e humanos consideráveis. A aquisição de submarinos é, portanto, dispendiosa e tecnicamente exigente. Apesar disso, suas vantagens evidentes, especialmente contra forças de superfície, têm impulsionado programas de aquisição

---

<sup>59</sup> As fragatas da classe Adelaide, baseada nas fragatas da classe Oliver Hazard Perry, compreenderam um total de seis unidades. Foram construídas em estaleiros na Austrália e nos EUA para servir na Marinha Real Australiana. Quatro unidades foram retiradas de serviço entre 2008 e 2017. Duas unidades foram posteriormente vendidas à Armada do Chile em 2020.

relevantes e representativos em todo o mundo, destacando-se no Sudeste Asiático (Till, 2018, p. 158).

As aquisições são predominantemente de submarinos convencionais de ataque, que geralmente são de tamanho relativamente pequeno e propulsão diesel-elétrica. Alguns países, como a Coreia do Norte, destacam-se por seu interesse em submarinos diesel muito pequenos, adequados para operações costeiras locais. No entanto, as decisões da França e Reino Unido em abandonar os submarinos convencionais, e o interesse da Índia e Brasil na aquisição de SCPN, evidenciam a preferência das marinhas dos países militarmente mais desenvolvidos pelas “sete virtudes letais”<sup>60</sup> (APÊNDICE A) associadas aos submarinos de propulsão nuclear: flexibilidade, mobilidade, discrição, permanência, alcance, autonomia e poder de combate (Till, 2018, p. 159).

A discrição é o principal fator que compensa as desvantagens, ela torna os submarinos a plataforma de longo alcance mais eficiente para atacar navios e localizar submarinos inimigos. Em uma “*Strategy of Denial*” marítima, o principal papel dos submarinos é atacar meios adversários fora do alcance das forças aéreas e mísseis baseados no continente, contribuindo para uma estratégia defensiva em camadas (White, 2019, p. 158).

No entanto, a capacidade de discrição pode não permanecer para sempre, pois avanços tecnológicos futuros podem torná-los mais fáceis de detectar. Isso poderia ocorrer se os métodos atuais de detecção, que se baseiam principalmente em sistemas acústicos, forem aprimorados e superarem os esforços contínuos para tornar os submarinos cada vez mais silenciosos. Ou, então, poderia acontecer se avanços na computação quântica, inteligência artificial ou vigilância espacial resultassem em novos métodos de detecção, diminuindo ou até eliminando suas vantagens. Entretanto, até que isso ocorra, os submarinos continuarão a ganhar importância, especialmente à medida que os navios de guerra de superfície se tornarem mais vulneráveis.

A RAN atualmente opera seis submarinos da classe Collins, construídos em estaleiros na Austrália, entre o início dos anos 1990 até o início dos anos 2000, com base no projeto do submarino sueco da Classe Västergötland. A história operacional

---

<sup>60</sup> As “sete virtudes letais”, tradução do pesquisador para o original em inglês: “seven deadly virtues”, nominadas por Geoffrey Till (2018) são detalhadas no APÊNDICE A deste trabalho.

desses submarinos foi marcada por diversos desafios, atribuídos a uma variedade de fatores, incluindo requisitos de desempenho ambiciosos; deficiências na gestão de projetos; questões técnicas em sua construção; manutenção mal administrada; problemas na capacitação das tripulações e algumas dificuldades para atender a expectativas operacionais extremamente exigentes. Contudo, à medida que esses problemas foram sendo gradualmente resolvidos, a classe Collins demonstrou ser altamente capaz. No entanto, esses submarinos estão aproximando-se do fim de sua vida útil (White, 2019, p. 153).

Como desdobramento do acordo AUKUS, é previsto que a Austrália obtenha acesso privilegiado ao desenvolvimento e utilização de tecnologias de defesa de vanguarda, com ênfase especial nas capacidades submarinas. Dentro desse contexto, os submarinos de propulsão nuclear emergem como instrumentos de destaque na realização da SOD, uma vez que oferecem prolongada capacidade de permanência em áreas estratégicas, mobilidade considerável e alcance operacional expandido, desse modo, ampliando significativamente a cobertura de áreas a serem negadas.

Além disso, os SCPN apresentam capacidade de carga substancialmente superior em comparação com os submarinos convencionais, permitindo-lhes transportar uma diversidade de armamentos e equipamentos de defesa avançados, destacando-se entre estes os mísseis de longo alcance. Tais vantagens combinadas conferem aos submarinos de propulsão nuclear uma eficácia aprimorada na negação do acesso ao entorno estratégico australiano, pois são capazes de estabelecer robusta camada de defesa, com menor quantidade de meios.

Podemos, então, concluir que a Austrália terá uma oportunidade notável de fortalecer suas capacidades militares por meio da parceria trilateral AUKUS, especialmente com a aquisição dos SCPN. A AUKUS proporcionará à Austrália um avanço considerável em sistemas que abordam diretamente as lacunas australianas para a plena implementação da SOD.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em setembro de 2021, surgiu a parceria de segurança trilateral AUKUS entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, que visa fornecer à Austrália submarinos de

propulsão nuclear. A iniciativa representa importante decisão estratégica para fortalecer a RAN. Portanto, a AUKUS tem um propósito estratégico claro — conter a Marinha chinesa e evitar sua hegemonia no Indo-Pacífico.

Em contrapartida, a China vem expressando suas preocupações quanto a AUKUS, considerando-a como ameaça substancial, impulsionando a formação de uma espécie de "OTAN Asiática". As implicações militares diretas, especialmente com os SCPN da AUKUS, intensificam o dilema da segurança regional, podendo desencadear uma corrida armamentista regional.

O projeto de aquisição dos SCPN foi dividido em três fases. Na "Fase Um", os submarinos do Reino Unido e dos EUA aumentarão suas visitas aos portos australianos, e submarinistas australianos serão treinados a bordo dessas embarcações. As futuras rotações de submarinos estão programadas para começar em 2027. Na "Fase Dois", serão vendidos entre três e cinco submarinos da classe Virgínia até a década de 2030. Finalmente, a "Fase Três" implica na concepção do SCPN-AUKUS, um novo submarino com propulsão nuclear e armamento convencional, baseado no projeto britânico.

Na região do Indo-Pacífico, o crescimento militar da China desequilibrou o poder, desafiando a influência marítima dos EUA. O aumento do orçamento de defesa chinês, sustentado pelo desenvolvimento econômico, visa negar o acesso dos EUA às águas próximas à China, alterando a dinâmica estratégica da Ásia e questionando a futura dominância dos EUA e seus aliados. Nesse contexto, a Austrália, historicamente dependente de aliados para defesa, precisa reavaliar sua segurança e adquirir meios próprios de proteção. A preocupação com a expansão do poder chinês no Indo-Pacífico destaca a importância de fortalecer suas capacidades defensivas para garantir segurança e soberania.

A publicação do *Defence White Paper 2016* representou uma revisão abrangente das estratégias de defesa, respondendo às mudanças significativas no ambiente estratégico global. O documento reconheceu a capacidade crescente de países em projetar poder de combate a grandes distâncias, ameaçando as linhas de comunicação marítimas essenciais para a prosperidade econômica da Austrália. Em resposta, as FDA iniciaram uma reestruturação concentrada no fortalecimento da Força de Submarinos, medidas fundamentais para adaptar a defesa do país aos desafios emergentes e às novas dinâmicas do cenário global de segurança.

O *National Defence: Defence Strategic Review 2023* destacou a urgência de uma mudança estratégica nas FDA, recomendando a adoção explícita da "*Strategy of Denial*" (SOD). A SOD australiana visa dissuadir potenciais adversários de tomar ações hostis aos interesses e à estabilidade do país, trabalhando com os EUA e parceiros-chave para impedir que outros países alcancem objetivos regionais por meio de ação militar. Além de sinalizar capacidade crível de enfrentamento, a estratégia busca dissuadir tentativas de coerção militar contra a Austrália, alterando a percepção dos adversários sobre o custo aceitável para alcançar suas ambições por meios militares.

O *National Defence Strategy 2024* destaca a SOD como a pedra angular do planejamento da Estratégia de Defesa Nacional, transformando as FDA de uma força multifacetada, capaz de responder a uma série de contingências, para uma força integrada e focada, projetada para enfrentar os riscos estratégicos mais significativos do país. O governo australiano adotou a SOD como parte de suas iniciativas de segurança nacional, visando dissuadir conflitos antecipadamente, prevenir tentativas de coerção por meio da força, promover segurança e prosperidade na região e manter o equilíbrio estratégico regional favorável.

Consequentemente, a implementação eficaz dessa estratégia requer a construção de capacidades confiáveis em todas as áreas de defesa, complicando os cálculos de qualquer adversário em potencial. A SOD tem três objetivos principais: moldar o ambiente estratégico da Austrália; impedir ações contra seus interesses e responder com força militar quando necessário.

Além disso, o foco no desenvolvimento da Força de Submarinos australiana, ressalta a importância de postura potencialmente ofensiva para alcançar objetivos, reconhecendo a natureza desse meio naval. Já que a guerra no mar difere da guerra em terra, pois não se trata de conquistar ou ocupar o mar, mas de obter o poder de usá-lo para deslocar-se de um lugar para outro. Isso resulta em dois tipos básicos de operações marítimas: controle do mar e negação do mar. Nem o controle nem a negação do mar são absolutos, eles são transitórios e relativos, dependendo da capacidade de uma Marinha em controlar ou negar uma área contra determinado adversário, em determinado momento e com diferentes graus de certeza.

Atualmente, devido aos avanços tecnológicos, a disputa entre uma força buscando controlar o mar e um adversário tentando negá-lo é altamente desigual em favor do segundo. Inovações tecnológicas, como minas marítimas, submarinos,



aeronaves e veículos remotamente pilotados, revolucionaram a guerra marítima, oferecendo meios mais acessíveis para afundar navios. Isso significa que a negação do mar pode ser alcançada sem o envio direto de meios de superfície. O equilíbrio entre defesa e ataque no mar mudou significativamente, favorecendo o ataque e, conseqüentemente, a negação do mar.

Para cumprir o objetivo marítimo da SOD, a RAN precisa passar por significativa reestruturação em comparação com sua estrutura atual, que foi concebida principalmente para o controle do mar e a projeção de poder em apoio à USN. No entanto, essa abordagem não se alinha mais com os objetivos de força naval mais integrada e focada. Portanto, o requisito principal é o desenvolvimento de uma Marinha orientada para operações de negação do mar.

Os submarinos oferecem vantagens significativas, como a capacidade de operar em áreas controladas pelo inimigo. No entanto, eles são menos versáteis que os navios de superfície e são principalmente utilizados para a negação do mar. Além disso, submarinos podem coletar inteligência e lançar mísseis contra alvos terrestres, embora sua construção e operação sejam complexas e dispendiosas.

Por isso, diante da nossa questão investigativa sobre a estratégia militar da Real Marinha Australiana (RAN) no contexto da parceria trilateral de segurança AUKUS e da Nova Estratégia da Contenção frente à assertividade chinesa no Indo-Pacífico, os submarinos de propulsão nuclear emergem como peças-chave.

Os mais recentes documentos de alto nível da área da Defesa delinearam nova estratégia de guerra para a Austrália, com foco primordial no domínio marítimo. Os documentos estabelecem uma base sólida para definir as capacidades militares necessárias, enfatizando o fortalecimento das forças navais para assegurar a defesa independente do continente australiano e contribuir para operações de negação de acesso no Indo-Pacífico.

Concluindo, o acordo AUKUS proporciona à Austrália acesso privilegiado a tecnologias avançadas, especialmente em capacidades submarinas, essenciais para a implementação da "*Strategy of Denial*" (SOD). Os SCPN oferecem prolongada permanência em áreas estratégicas, mobilidade considerável e alcance operacional expandido, reforçando a capacidade de negar acesso a áreas específicas e permitindo uma defesa robusta com menor quantidade de meios. Adicionalmente, desempenham papel crucial, atacando meios adversários fora do alcance das forças aéreas e mísseis baseados no continente, contribuindo para defesa em camadas.

#### 4 REFLEXÕES PARA A MARINHA DO BRASIL

Regras não combinam com a estratégia<sup>61</sup> (Svechin, 1992).  
(Alexander Svechin, 1878-1938, teórico militar russo).

O tópico anterior analisou a atualização da estratégia militar de defesa australiana, destacando seus documentos de alto nível e, principalmente, a parceria de segurança trilateral AUKUS, que oferece ao país tecnologias avançadas, especialmente em capacidades submarinas, essenciais para a "*Strategy of Denial*" (SOD). Os SCPN proporcionam permanência prolongada, alta mobilidade e alcance operacional expandido, permitindo uma defesa robusta e conseguindo atingir adversários fora do alcance das forças continentais, contribuindo para uma defesa em camadas.

O objetivo deste capítulo é, com base na análise prévia, verificar a existência de reflexões e ensinamentos aplicáveis à Marinha do Brasil, especialmente no que tange à abordagem de emprego do SCPN nacional, inserido em uma estratégia marítima para o Atlântico Sul. Dessa forma, buscamos identificar quais aspectos da estratégia de defesa australiana podem ser adaptados para a realidade do contexto brasileiro.

Portanto, nosso questionamento diagnóstico é: quais são as reflexões e ensinamentos para a Marinha do Brasil derivados da análise da estratégia militar de defesa australiana, no contexto da parceria de segurança trilateral AUKUS?

Assim, esta parte do trabalho será organizada em cinco seções distintas. A primeira seção conceituará as diferenças entre ameaças e riscos estratégicos. Na segunda seção, serão abordados os entornos estratégicos definidos pela Austrália e pelo Brasil, destacando suas similaridades e diferenças. Em seguida, a terceira seção explorará, sob a ótica de estrategistas navais contemporâneos, a negação do uso do mar como tarefa essencial para impedir o uso de regiões marítimas por forças antagônicas. Na seção subsequente, a questão diagnóstica apresentada acima será respondida, sugerindo reflexões e ensinamentos para a MB sobre uma estratégia marítima para o Atlântico Sul, partindo das implicações da AUKUS na estratégia marítima da RAN, especialmente no emprego dos SCPN, para identificar lições

---

<sup>61</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "*Rules are inappropriate in Strategy*".

aplicáveis ao contexto brasileiro. Por fim, serão apresentadas algumas conclusões preliminares resultantes da análise realizada.

#### 4.1 AMEAÇAS E RISCOS ESTRATÉGICOS

Compreender os conceitos de ameaça e risco estratégico reveste-se de fundamental importância para o estudo de estratégias contemporâneas. Essa compreensão não apenas facilita uma avaliação precisa do ambiente de segurança, mas também possibilita a identificação e análise das possíveis ações adversárias.

Ameaça estratégica é a perspectiva iminente de ataque armado a um país por um adversário que claramente tem a capacidade e um motivo crível para usar a força para atingir seu objetivo. Por outro lado, o risco estratégico é o potencial para que uma ameaça estratégica surja no futuro (White, 2019, p. 36).

Segundo White (2019), muitos países que não enfrentam ameaças estratégicas, no entanto, enfrentam riscos estratégicos significativos, isto é, a possibilidade de que ameaças possam surgir nos próximos anos. Para esses, o objetivo de suas Forças Armadas não é enfrentar ameaças atuais, mas gerenciar riscos estratégicos. A Austrália seria um desses países.

A percepção de segurança, ou de baixo risco estratégico, na Austrália deriva de dois fatores primordiais: geografia e força relativa de potenciais adversários. A Austrália, sendo uma ilha de dimensões continentais, utiliza o oceano como sua principal vantagem defensiva, beneficiando-se de isolamento natural que a posiciona distante das principais tensões geopolíticas globais. Adicionalmente, até o recente aumento do peso econômico e poder militar da China, não havia adversários regionais com capacidade de representar ameaça significativa à segurança australiana. Esses elementos combinados conferiam à Austrália posição estratégica vantajosa, reforçando sua percepção de segurança no contexto internacional (White, 2019, p. 37).

O Brasil apresenta características similares à Austrália no que tange à noção de risco estratégico. Geograficamente, o país utiliza a vastidão do Atlântico Sul como elemento vital de sua defesa, proporcionando isolamento natural que dificulta ações hostis diretas. Ademais, na esfera regional, não há presença de potências econômicas

e militares revisionistas que possam representar uma ameaça significativa ao seu entorno estratégico<sup>62</sup> (ANEXO D).

Ao longo de sua história, o Brasil consolidou suas fronteiras terrestres, conferindo-lhes um grau significativo de estabilidade. Adicionalmente, características geográficas como a Cordilheira dos Andes e a Floresta Amazônica oferecem defesas naturais que dificultam tentativas de invasão territorial nessas regiões. Contudo, embora o Atlântico Sul funcione como uma barreira natural, ele também pode ser interpretado como um espaço estratégico de manobra para forças navais oponentes que detenham a capacidade de explorá-lo. Assim, as fronteiras das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), incluindo os limites da Plataforma Continental estendida, que ainda requerem maior consolidação e definição, exigem vigilância contínua e proteção eficaz (MB, 2023a, p. 1-12).

Também, Brasil e Austrália podem ser enquadrados no conjunto de países com extensas costas marítimas, redes fluviais consideráveis e concentração demográfica e econômica ao longo ou próximo das regiões costeiras, dependem da navegação em mares abertos e águas interiores como elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e demandam uma “Estratégia de Defesa Marítima” para resguardar seus ativos marítimos, devido ao risco representado pelo colapso ou deterioração do transporte aquaviário e possibilidade de ações hostis em relação aos elementos vitais ligados ao Poder Marítimo<sup>63</sup> (MB, 2023b, p. 1-4).

O custo de uma agressão armada tende a superar seus benefícios, dependendo da intensidade com que as vítimas se defendem e dos potenciais aliados que podem oferecer auxílio. Historicamente, a agressão é mais prevalente quando a vítima é fraca e carece de apoio, pois os custos associados são significativamente menores. Nos últimos anos, o baixo custo de atacar Estados mais fracos tem se revelado uma tentação para potências mais fortes, exemplificado pelas invasões do Afeganistão em 2001, do Iraque em 2003 e da anexação da Crimeia em 2014. Os

---

<sup>62</sup> O Entorno Estratégico Brasileiro, definido na Política Nacional de Defesa (PND), fica compreendido pelos seguintes limites geoestratégicos: ao Norte, o paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte (MB, 2020).

<sup>63</sup> O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política ou militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter Objetivos Nacionais (MB, 2023b).

eventos citados ilustram como a disparidade de poder e a falta de defesa eficaz incentivam ações agressivas, destacando a importância de alianças estratégicas e capacidades defensivas independentes para dissuadir agressões (White, 2019, p. 40).

Com efeito, a razão histórica mais comum para um Estado atacar outro tem sido a aquisição de território e população. No caso da Austrália, esse receio era sustentado pela hipótese de que os países asiáticos enfrentariam imensa pressão para encontrar mais espaço para acomodar e alimentar suas populações em rápido crescimento. Tal suposição, no entanto, mostrou-se equivocada. Na realidade, à medida que as economias asiáticas cresceram e se desenvolveram, elas encontraram maneiras eficazes de suportar populações crescentes, eliminando com isso o imperativo puramente demográfico de apropriar-se de mais terras (White, 2019, p. 42).

Por outro lado, a exploração de recursos pode apresentar um cenário distinto. A Austrália não é apenas um país vasto, mas também extraordinariamente rico em determinados recursos, especialmente minerais. À primeira vista, isso pode parecer um motivo fraco para alguém arriscar-se em uma aventura militar. No entanto, a questão central é como a situação pode mudar se os recursos minerais não estiverem disponíveis para os países poderosos que deles necessitam (White, 2019, p. 42).

De forma semelhante, o Brasil possui várias características em comum com a Austrália em diversos aspectos. Sendo um país de grande extensão territorial e dotado de extensa riqueza em recursos naturais, especialmente minerais, o Brasil também pode suscitar receios quanto à sua vulnerabilidade a ataques por esses motivos. Suas vastas reservas minerais e outros recursos naturais, como a região amazônica e a Amazônia Azul<sup>64</sup>, atraem considerável interesse internacional. Assim, tanto a Austrália quanto o Brasil enfrentam potencial desafio estratégico, pois mudanças na disponibilidade de recursos minerais podem alterar o equilíbrio de poder e influenciar decisões geopolíticas.

Atualmente, a China representa uma fonte de risco estratégico para a Austrália. A rápida ascensão econômica do gigante asiático, seu crescente poderio militar, suas

---

<sup>64</sup> A Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. É uma extensa área marítima, com importância inquestionável por ser a principal via de transporte do comércio exterior do País, por sua diversidade de recursos naturais como a pesca, a biodiversidade marinha, por suas reservas de petróleo e gás e outros recursos minerais, além do tráfego de comunicações por meio de cabos submarinos e de sua influência sobre o clima brasileiro. Com uma extensão de aproximadamente 5,7 milhões de Km<sup>2</sup>, essa área é fundamental para a economia do País (MB, 2023b).

ambições regionais evidentes e seu sistema político autoritário contribuem para essa percepção de perigo. No entanto, não há indícios nas políticas ou atitudes atuais da China que sugiram a possibilidade de uso de força contra a Austrália (White, 2019, p. 44).

Todavia, se os EUA perderem a disputa com a China no Leste Asiático e no Pacífico Ocidental, dificilmente haverá impedimentos para que o país asiático se torne a potência dominante daquela região. Nesse cenário, haveria poucas barreiras para que a China usasse a força contra os países da região, caso desejasse, exceto pela capacidade própria dos países de revidar (White, 2019, p. 44).

Caso a China se torne a principal potência no Leste Asiático sem enfrentar um antagonista à altura de seu poder militar, mesmo que exerça esse poder com prudência e moderação, o potencial coercitivo de suas forças armadas estará sempre subjacente à sua diplomacia. O desejo de influência de uma nação raramente diminui à medida que seu poder cresce. Poucas potências hegemônicas resistiram à tentação de impor suas normas e valores aos Estados subordinados à medida que sua força aumentava. Portanto, há pelo menos o risco de que a China também não resista a essa tentação (White, 2019, p. 45).

Como discutido anteriormente neste trabalho, a SOD foi concebida para dissuadir adversários de empreender ações hostis aos interesses e à estabilidade regional da Austrália. Ao demonstrar capacidade de ameaçar forças adversárias, a SOD visa também dissuadir tentativas de coerção contra a Austrália. O principal objetivo é alterar a percepção de potenciais adversários, levando-os a crer que suas ambições militares não poderiam ser alcançadas a um custo aceitável.

A componente marítima da SOD australiana está intrinsecamente vinculada à escolha de uma sólida Força de Submarinos, cuja aquisição será viabilizada pela parceria trilateral de segurança AUKUS. A parceria estratégica tem como objetivo aprimorar a capacidade da Austrália de negar o uso do mar a potenciais adversários por meio dos SCPN.

Em continuidade, a próxima seção abordará as características dos entornos estratégicos australianos e brasileiros, enfatizando como as distintas percepções de risco estratégico influenciam na configuração de suas respectivas defesas.

## 4.2 ENTORNO ESTRATÉGICO AUSTRALIANO E BRASILEIRO

A geografia, apesar de muito associada às estratégias terrestres, é parte inseparável da estratégia marítima. A ideia dos oceanos como um meio exclusivo de passagem, fluxo de comércio e transporte de pessoas vem diminuindo com os avanços tecnológicos e sua crescente “territorialização”<sup>65</sup> e “infraestruturação”<sup>66</sup>, transformando o mar em um espaço importante por si só.

O Almirante Castex dedicou grande parte de seus estudos à influência dos fatores geográficos sobre os combates militares, em suas próprias palavras: “A geografia é um fator essencial da estratégia. Ela está, juntamente com a história, na base dos conhecimentos indispensáveis aos homens de Estado, aos soldados [marinheiros] e aos homens [comuns]” (Castex apud Wedin, 2015, p. 169).

Portanto, Castex foi um dos primeiros pensadores navais a mensurar as consequências estratégicas desse novo estado de coisas para a guerra no mar. Ele diferencia a geografia marítima em horizontal e vertical. A geografia horizontal refere-se à configuração do litoral, à posição das ilhas, faróis e outras instalações costeiras. Em contrapartida, a geografia vertical examina a profundidade das águas, a topografia dos fundos marinhos e outros elementos cruciais para a operação de submarinos. Na atualidade, a geografia vertical adquiriu uma importância significativamente maior do que nos tempos de Castex, devido ao avanço das tecnologias submarinas e ao aumento das atividades abaixo da superfície do mar (Wedin, 2015, p. 161).

Outro ponto importante no pensamento estratégico de Castex é a diferenciação entre bases e pontos de apoio. As bases são essenciais do ponto de vista logístico, enquanto os pontos de apoio permitem atacar o inimigo e são determinados pelo desenrolar do conflito e pela geografia do Teatro de Operações. Na guerra no mar, a importância reside na força que pode ser projetada a partir dos pontos de apoio, e não nos pontos em si. Tanto os pontos de apoio quanto a geografia são relevantes apenas

---

<sup>65</sup> A territorialização dos oceanos refere-se ao processo pelo qual Estados e Organizações Internacionais definem e regulamentam o uso e a propriedade das áreas oceânicas, destacando-se com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) em 1982. O processo busca equilibrar a exploração e gestão dos recursos marinhos com a preservação ambiental e a navegação internacional, envolvendo questões de geopolítica, direito internacional e conservação ambiental (Almeida, 2020).

<sup>66</sup> A infraestruturação do mar envolve o desenvolvimento de estruturas e tecnologias para explorar, utilizar e proteger áreas oceânicas, incluindo plataformas de petróleo, parques eólicos, cabos submarinos, aquicultura e sistemas de monitoramento ambiental (Silva, 2019).

na medida em que contribuem para as operações em movimento, facilitando as ações e influenciando os combates (Wedin, 2015, p. 169).

Os aspectos apresentados são fundamentais para compreender a influência dos entornos estratégicos australianos e brasileiros em suas estratégias marítimas. O entorno estratégico australiano (ANEXO E) abrange o nordeste do Oceano Índico, o sudeste asiático marítimo e o Pacífico. Trata-se de uma região vasta e primordial para o comércio mundial e para a geoestratégia global.

Para delimitar de forma mais precisa o entorno estratégico australiano, o Professor Paul Dibb<sup>67</sup> dividiu a extensa área marítima em dois arcos concêntricos a partir da terra continental: o Arco Malaio e o Arco Indo-Pacífico. O Arco Malaio compreende o norte do continente australiano até o arquipélago malaio (ANEXO F), também conhecido como “lacuna ar-mar”<sup>68</sup>. A região é considerada uma área vital, pois um ataque militar convencional ao continente australiano é mais provável de se originar a partir dela. Portanto, é a área primordial a ser defendida pelas FDA (Lockyer, 2017, p. 83).

Compondo o espaço mais externo, o Arco Indo-Pacífico é a região que se estende da Baía de Bengala, a oeste, até o Oceano Pacífico, a leste. Esse arco funciona como porta de entrada marítima essencial entre os Oceanos Índico e Pacífico. Historicamente, o principal objetivo estratégico da Austrália tem sido impedir que qualquer potência hostil controle o Arco Indo-Pacífico. Há fortes indícios de que essa região se tornará o epicentro de grandes rivalidades de poder nas próximas décadas. Portanto, a estratégia central da Austrália deve ser a mitigação das ameaças provenientes dessas rivalidades entre grandes potências no Arco Indo-Pacífico, minimizando seu impacto sobre o país (Lockyer, 2017, p. 43).

O entorno estratégico brasileiro permite uma correlação com a proposta do Professor Paul Dibb, pois abrange vasta área marítima e pode ser dividido em duas camadas concêntricas a partir do território nacional. A primeira camada, denominada Arco da Amazônia Azul, compreende a área adjacente ao litoral brasileiro. Esta camada inclui áreas específicas como a Elevação do Rio Grande, as Ilhas Oceânicas,

---

<sup>67</sup> O Professor Paul Dibb (nascido em 1939) foi um dos principais arquitetos da política de defesa australiana na década de 1980. Como autor do influente “Relatório Dibb” de 1986, ele moldou significativamente as estratégias de defesa subsequentes do país. Sua argumentação baseia-se na negação de acesso a áreas geograficamente definidas por círculos concêntricos, destacando a importância da “lacuna ar-mar” e promovendo uma maior autossuficiência das FDA (Lockyer, 2017).

<sup>68</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*air-sea gap*”.



a Foz do Rio Amazonas, a Bacia de Santos e a Margem Equatorial brasileira. A segunda camada, denominada Arco do Atlântico Sul, é mais externa e se estende aos limites do entorno estratégico, abrangendo o mar do Caribe, o litoral ocidental da África e a Antártica (ANEXO G).

A vasta área oceânica que abrange os dois entornos estratégicos possui dimensões proporcionais, permitindo comparação da quantidade de meios submarinos necessários para sua adequada vigilância e proteção. Conforme descrito anteriormente, a Austrália planeja adquirir de três a cinco submarinos nucleares da classe Virginia a partir da década de 2030 e, posteriormente, a construção dos submarinos Classe SCPN-AUKUS em estaleiros Australianos. Em contrapartida, a Marinha do Brasil prevê, até o momento, como dimensionamento de sua Força de Submarinos, um submarino nuclear da Classe “Álvaro Alberto”.

Com efeito, Pequim enxerga o Mar do Sul da China da mesma forma que Camberra vê o Arco da Malaio, ou como Brasília percebe o Arco da Amazônia Azul. As principais diferenças residem na percepção do risco estratégico associado a cada região marítima.

No que tange à percepção de riscos estratégicos, os entornos estratégicos australiano e brasileiro apresentam diferenças marcantes. O Brasil percebe sua área de influência estratégica como livre de interferências violentas de origem Estatal, operando em ambiente mais cooperativo, apesar de diversas ameaças como crimes transnacionais, pirataria e pesca ilegal. Em contraste, a Austrália enxerga seu entorno como significativamente mais ameaçador, devido ao aumento da assertividade chinesa.

Em suma, os entornos estratégicos definidos por Brasil e Austrália apresentam diversas similaridades, refletindo suas respectivas realidades geopolíticas e ameaças regionais. Na próxima seção, será realizada uma análise da negação do uso do mar dentro do conceito da “Strategy of Denial” (SOD).

#### 4.3 NEGAÇÃO DO USO DO MAR

A recente publicação, Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM), expedida pelo Estado-Maior da Armada em dezembro de 2023, define seis Tarefas Básicas do

Poder Naval<sup>69</sup> (TBPN), a saber: Negar o Uso do Mar, Projetar Poder, Controlar Áreas Marítimas e Águas Interiores, Realizar Proteção Marítima, Prover a Segurança da Navegação Aquaviária e Contribuir para a Segurança e Desenvolvimento Nacional. (MB, 2023b, 2-12 e 2-13).

As TBPN não possuem uma priorização explícita na FDM, porém, é possível estabelecer uma gradação do uso da força, da mais alta para a mais baixa, conforme a ordem pela qual são citadas. De maneira sutil, a gradação permite identificar elementos centrais na priorização do planejamento da Força, considerando que a essência do emprego da Força Naval está associada à sua letalidade, ou seja, à capacidade de infligir danos ao inimigo.

Segundo a FDM (2023b), negar o uso do mar significa: “conjunto de operações e ações que congregam capacidades que têm por objetivo impedir o uso de uma região marítima prioritária por forças antagônicas”. Com isso, seria ela a forma com que o Poder Naval conduziria a negação de área ou *Area-Denial* (AD), já conceituado na Seção 3.2 deste trabalho.

Para Ian Speller<sup>70</sup> (2024), os conceitos e teorias sobre proteger, negar ou explorar o controle do mar são tão relevantes para as estratégias marítimas do século 21 quanto eram na época de Mahan<sup>71</sup> e Corbett<sup>72</sup>. Da mesma forma, a abordagem naval do Almirante Xiao Jinguang<sup>73</sup> pode fornecer valiosos conselhos às marinhas

<sup>69</sup> As Tarefas Básicas do Poder Naval são definidas como tarefas essenciais da MB e são expressas na forma de amplas ações que geram amplos efeitos, os quais são alcançados por meio de Capacidades Estratégicas da Força (MB, 2023b).

<sup>70</sup> Ian Speller é professor do *King's College London* e da Academia Militar Irlandesa (EGN, 2022).

<sup>71</sup> O Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan, da USN, foi o autor que mais influenciou a teoria de emprego do Poder Naval e o desenvolvimento da estratégia marítima. Nascido em 1840, Mahan graduou-se na *United States Naval Academy*, em 1859. Em 1890, publicou seu mais famoso livro, intitulado “*The influence of sea power upon history, 1660-1783*”, contendo a compilação de suas palestras acerca da relação entre a guerra naval e as políticas internacional e marítima da Europa. Conquistar o domínio, ou comando, do mar era para Mahan a razão precípua da existência das marinhas (Ferreira, 2011).

<sup>72</sup> O inglês Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922) era advogado e historiador, publicou em 1911 sua principal obra, “*Some Principles of Maritime Strategy*”. Para Corbett, as Marinhas de Guerra constituem apenas um dos instrumentos disponíveis aos Estados para implementar uma estratégia única voltada à consecução dos objetivos nacionais definidos pela política. Essa estratégia deve englobar tanto as forças navais quanto as terrestres, além das ações diplomáticas. Ele argumentava que a ênfase na guerra naval não deveria se restringir às ações ofensivas destinadas a obter o comando do mar. As forças navais deveriam, igualmente, possuir a capacidade de exercer e usufruir do comando conquistado, utilizando o mar em benefício de uma estratégia militar mais ampla (Ferreira, 2011).

<sup>73</sup> O primeiro comandante da Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN), Almirante Xiao Jinguang (1903-1989), era um oficial do exército experiente, mas sem treinamento ou experiência prévia em operações navais. Ele desenvolveu uma abordagem de estratégia naval centrada no uso de surpresa, engano, espírito ofensivo, métodos heterodoxos e inesperados, além de uma série de

menores em relação às capacidades e técnicas de antiacesso e negação de área (Speller, 2024, p. 75).

O controle do mar continua a ser tão proeminente no pensamento e na prática naval contemporânea quanto era na época de Mahan, embora atualmente haja uma tendência a discuti-lo em termos mais limitados do que os entusiastas do poder marítimo de um século atrás. Para alcançar o controle do mar, é necessário superar diversos desafios e ameaças em espaço de batalha multidimensional. Desafiá-lo pode ser, em muitas ocasiões, mais fácil e, às vezes, até mesmo um desafio unidimensional, seja por meio de submarinos ou minas, pode-se negar com sucesso o acesso a uma área marítima por certo período (Speller, 2024, p. 213).

Com efeito, uma das questões mais debatidas sobre a negação do mar nos últimos anos tem sido o desenvolvimento e a proliferação de armas avançadas e outras tecnologias destinadas a diminuir a liberdade de ação dentro de uma área operacional, as já descritas capacidades A2/AD. Acredita-se que, atualmente, até mesmo "marinhas de médio porte e atores não estatais" terão acesso a armas que antes estavam disponíveis apenas para superpotências, e poderão utilizá-las para negar ou atrasar o acesso a determinada região (A2), bem como restringir a liberdade de ação de uma força naval quando esta chegar ao Teatro de Operações (AD) (Speller, 2024, p. 215).

Como pode ser observado no exemplo dado por Ian Speller, referente ao conflito Rússia e Ucrânia:

Espera-se que alguns adversários possuam apenas uma gama limitada dessas capacidades [A2/AD], mas elas ainda podem representar desafios importantes. Observe que a Ucrânia atacou e afundou com sucesso o Cruzador Russo Moskva, Capitânia da Frota do Mar Negro, em um ataque com Míssil Antinavio (ASM) em 2022, apesar de possuir apenas capacidades de negação do mar muito limitadas (Speller, 2024, p. 215)<sup>74</sup>.

Consequentemente, outros Estados podem ser capazes de implementar uma abordagem A2/AD totalmente integrada e em camadas, empregando forças

---

pequenas vitórias incrementais, como meios para derrotar as forças inimigas em águas locais. Mao Tsé-Tung descreveu essa abordagem como "no mar, formigas roendo um osso", uma analogia que claramente reflete as semelhanças com suas próprias ideias sobre a guerra de guerrilha em terra (Speller, 2024).

<sup>74</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: "Some adversaries are expected to possess only a limited range of these capabilities but these can still pose key challenges. Note that Ukraine successfully targeted and sank the Russian cruiser Moskva, the flagship of the Black Sea Fleet, in an ASM attack in April 2022 despite possessing only very limited sea denial capabilities" (Speller, 2024).

marítimas, terrestres, aéreas, espaciais e cibernéticas, todas apoiadas por eficiente aparato de comando e controle, aptos para empregar cada componente em apoio mútuo aos demais (Speller, 2024, p. 215).

Entretanto, apesar do novo título A2/AD, os conceitos subjacentes não são novos. De fato, as tentativas de negar o acesso do inimigo e restringir sua capacidade de manobra têm sido características comuns de muitas guerras navais ao longo da história. O aspecto inovador reside na preocupação de que os avanços tecnológicos e sua disseminação tenham possibilitado a um amplo espectro de adversários o acesso a capacidades anteriormente inacessíveis. Portanto, fica evidente que as forças navais podem estar em perigo a distâncias sem precedentes da costa hostil, levando alguns a questionar a capacidade de sobrevivência atual dos navios de superfície (Speller, 2024, p. 215).

As forças navais empregam estratégias de A2/AD para se protegerem de forças inimigas superiores. Se fossem capazes de dominar os mares por meios mais convencionais, assim o fariam, e seus adversários enfrentariam problemas maiores. Na realidade, mesmo marinhas poderosas provavelmente empregarão estratégias de antiacesso em determinadas áreas, ao mesmo tempo em que buscam outros objetivos, como o controle do mar<sup>75</sup> e a projeção de poder<sup>76</sup>, em outras regiões (Speller, 2024, p. 216).

Já para Milan Vego<sup>77</sup> (2019), a negação do mar é executada por meio de uma série de ações de combate ao longo do tempo, denominadas em conjunto como disputa ou contestação do controle do mar. Durante conflito entre dois oponentes poderosos, a disputa pelo controle do mar pode perdurar por toda a duração das hostilidades navais (Vego, 2019, p. 104).

Por essa razão, em um conflito naval entre dois oponentes de força comparável, pode surgir um estado de disputa ou contestação pelo controle do mar,

---

<sup>75</sup> Controlar Área marítimas, uma das TBN, é o conjunto de operações e ações que congregam capacidades que têm por objetivo assegurar o uso de áreas marítimas prioritárias de acordo com os interesses nacionais; monitorar e controlar o tráfego de embarcações nas AJB; e garantir o exercício da soberania, dos direitos de soberania e da jurisdição do Estado brasileiro nas AJB. É também uma forma de se garantir o uso de uma determinada área marítima. Pode estar associada à TBN de negar o uso do mar como Tarefa Básica prévia (MB, 2023b).

<sup>76</sup> Projetar Poder, uma das TBN, é o conjunto de operações e ações que congregam capacidades que têm por objetivo a projeção das Expressões do Poder nacional, por meio do Poder Naval, em território estrangeiro, área de interesse sob influência estrangeira ou em território nacional (MB, 2023b).

<sup>77</sup> Milan Vego (nascido em 1942) é professor no *Naval War College* desde 1991. Ele é autor de diversos livros e artigos sobre estratégia naval e operações militares, incluindo obras como "*Naval Strategy and Operations in Narrow Seas*" e "*Operational Warfare at Sea*".

no qual ambos os lados mantêm forças aproximadamente equivalentes, sem alterações significativas na proporção de poder ou de iniciativa. Tal situação é caracterizada por uma luta quase contínua pelo controle, que, quando alcançado, geralmente é mantido por apenas breve período antes de ser contestado novamente. A disputa pelo controle do mar é marcada por grandes perdas em ambos os lados. Por exemplo, entre 1940 e 1944, britânicos e alemães lutaram quase ininterruptamente pelo controle total do Canal da Mancha. Durante a maior parte da guerra, no entanto, o controle permaneceu ilusório para ambos os lados, com britânicos e alemães conseguindo contestar o controle um do outro (Vego, 2019, p. 116).

Quando o controle do mar está em disputa, ambos os lados operam sob risco elevado. Uma vez que o controle é obtido, ele geralmente não é mantido por um longo tempo, podendo ser perdido e recuperado de tempos em tempos. Cada lado tenta controlar certas partes do mar ou oceano e explorar os benefícios desse controle. Normalmente, nenhum dos lados fará esforço considerável nas áreas em que o fracasso parece certo ou o sucesso seria excessivamente caro, ou nas quais o controle não traria vantagens navais, militares ou diplomáticas significativas (Vego, 2019, p. 117).

Além disso, algum dos lados geralmente controla uma ou mais partes de mar, enquanto seu oponente controla as partes restantes. O lado mais forte pode exercer alto grau de controle no oceano aberto, mas terá muito menos controle próximo à massa terrestre continental. O controle completo do mar não pode ser obtido se o oponente, por mais fraco que seja, existir e estiver ativo (Vego, 2019, p. 117).

Milan Vego (2019) continua sua análise da negação do uso do mar sob a perspectiva do lado mais fraco, destacando que o enfraquecimento das forças navais inimigas ao longo do tempo é um dos métodos mais utilizados na disputa pelo controle marítimo. Nessa linha de pensamento, a realização de inúmeras ações táticas por parte da força mais fraca visa enfraquecer gradualmente a força mais poderosa no mar. Tais ações são frequentemente parte integrante dos esforços do lado mais fraco para evitar um confronto decisivo, sendo muitas vezes a única esperança para a força naval mais fraca mudar uma correlação de forças desfavorável (Vego, 2019, p. 169).

Para um lado mais fraco, mas com mentalidade ofensiva, é imperativo realizar uma série de ações no mar com o objetivo de enfraquecer as forças navais inimigas ao longo do tempo. Um perigo inerente para uma força mais fraca é cair

inadvertidamente em guerra de atrito pura. Considerando que uma força mais fraca é geralmente numericamente muito menor do que seu oponente mais forte, ela seria incapaz de sustentar grandes perdas em pessoal e material. A perda de um único meio de superfície ou submarino seria sentida de forma muito mais aguda pelo lado mais fraco do que por seu oponente mais poderoso (Vego, 2019, p. 169).

Contudo, uma força mais fraca pode evitar uma guerra de atrito custosa realizando ataques além do alcance efetivo das defesas do inimigo. Alternativamente, ela pode exaurir o inimigo e minar sua vontade de lutar. Esse enfoque estratégico permite à força mais fraca infligir danos significativos ao oponente sem sofrer perdas insustentáveis, criando uma dinâmica de conflito cuja resistência contínua do inimigo se torne economicamente inviável.

O meio naval mais adequado para o enfraquecimento gradual das forças navais inimigas, realizando ataques além do alcance efetivo das defesas adversárias e infligindo danos significativos ao oponente sem sofrer perdas insustentáveis, é o submarino. Em particular, os SCPN destacam-se nessa função devido às suas sete virtudes letais, conforme nominadas por Geoffrey Till (2018) e previamente citadas neste trabalho na Seção 3.4.

A publicação Estratégia de Defesa Marítima (EDM), também expedida pelo Estado-Maior da Armada em dezembro de 2023, determinou como Elemento de Força<sup>78</sup> responsável pelo emprego dos submarinos na MB, uma “Força de Desgaste”.

A EDM destaca os efeitos a serem atingidos pela Força de Desgaste:

A Força de Desgaste foi dimensionada de forma a ser capaz de atingir pelo menos um dos seguintes efeitos: **Interromper as linhas de Comunicações Marítimas em um porto no entorno estratégico;** e **Negar o uso das seguintes áreas de interesse:** ERG [Elevação do Rio Grande], Proximidades das Ilhas Oceânicas<sup>79</sup>, Foz do Rio Amazonas, Bacias Petrolíferas de Santos e Campos (MB, 2023a, p. 3-7, grifo original).

Além dos efeitos, a EDM também propõe o seguinte dimensionamento para a Força de Desgaste: quatro Submarinos de propulsão convencional e um SCPN.

A destruição e neutralização da ameaça representada pelos submarinos inimigos é uma das tarefas mais críticas e, no entanto, mais difíceis e demoradas. A

---

<sup>78</sup> Elemento de Força é um conjunto de meios e sistemas, doutrinariamente organizados que, por meio da realização de tarefas, atingem um efeito em determinado tempo e espaço (MB, 2023a).

<sup>79</sup> As Ilhas Oceânicas brasileiras são o Arquipélago de Fernando de Noronha, Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Ilhas da Trindade e Martin Vaz, além do Atol das Rocas (MB, 2023b).

luta contra os submarinos é um tipo inerente de guerra naval de atrito, o que significa que o sucesso final em derrotar a ameaça representada pelos submarinos inimigos só pode ser alcançado com o tempo (Vego, 2019, p. 178).

Além disso, ao contrário dos navios de superfície, os submarinos não são empregados em grande número dentro de determinada área do Teatro de Operações. Nenhuma plataforma ou sistema de armas pode ser a panaceia para um problema tão complexo como a guerra antissubmarina (ASW). Assim, o sucesso em ASW não pode ser alcançado sem o emprego intenso de diversos meios de uma força naval (Vego, 2019, p. 178).

Dessa forma, é possível concordar com Speller e Vego sobre a preponderância dos SCPN como o meio naval com maior capacidade de conduzir o desgaste da força oponente. Suas características inerentes permitem uma defesa em camadas, capaz de negar o acesso e a área de interesse ao adversário. Portanto, o SCPN se destaca como a melhor escolha para conduzir a SOD, conforme exemplificado pela decisão estratégica da Austrália em adotar essa abordagem.

Assim sendo, ao reconhecer a importância dos SCPN na negação do mar, pelo desgaste de forças oponentes e na implementação de uma defesa em camadas, abrimos espaço para analisar a estratégia marítima da MB no Atlântico Sul. A próxima seção se dedicará a reflexões sobre como os pontos abordados podem ser aplicados e adaptados ao nosso entorno estratégico.

#### 4.4 ESTRATÉGIA MARÍTIMA PARA O ATLÂNTICO SUL

Apesar da retórica contemporânea que sugere que o século 21 será marcado pela Era do Oceano Pacífico, especialmente na região do Indo-Pacífico, o Oceano Atlântico continua sendo componente essencial para o desenvolvimento global e o comércio internacional. Sua importância geoestratégica ficou ainda mais evidente com as instabilidades geradas pelos conflitos entre Rússia e Ucrânia (2022) e Israel e Hamas (2023). Os efeitos colaterais do segundo conflito, por exemplo, têm provocado uma diminuição da navegação pelo Mar Vermelho e forçado o retorno à utilização da rota marítima pelo Cabo da Boa Esperança, aumentando o fluxo marítimo no Atlântico Sul.

O Oceano Atlântico abrange mais de 82 milhões de km<sup>2</sup>, área quase dez vezes maior que a do Brasil, e é comumente dividido em Atlântico Norte e Atlântico Sul. Atualmente, o Atlântico Sul encontra-se em uma fase de crescente relevância devido ao surgimento de potências regionais no hemisfério sul, como a Nigéria e o Brasil, bem como ao aumento das exportações de hidrocarbonetos tanto no litoral africano quanto no sul-americano (Royer, 2014, p. 131).

Após ter sido o cenário principal de importantes eventos navais, como as Grandes Navegações, a atuação dos Corsários, as Guerras Napoleônicas e os conflitos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o Oceano Atlântico ainda testemunhou o último conflito naval entre Forças Organizadas<sup>80</sup> — a Guerra das Malvinas. Em 1982, durante um período de 10 semanas, Reino Unido e Argentina travaram uma guerra curta e intensa, que resultou em numerosas perdas de vidas, no afundamento de dezesseis navios e na destruição de cerca de uma centena de aeronaves (Stavridis, 2017, p. 84).

Segundo o Almirante James Stavridis<sup>81</sup> (2017): “A guerra [das Malvinas] tem sido estudada por estrategistas navais e historiadores e fornece um bom exemplo da vulnerabilidade dos navios de superfície na era dos mísseis de cruzeiro”<sup>82</sup>. Além do emprego marcante da nova tecnologia de mísseis na guerra naval, outro evento significativo durante o conflito foi a atuação do submarino nuclear HMS “Conqueror”. Ele se deslocou do Reino Unido até a área do conflito em nove dias e afundou o cruzador argentino ARA “General Belgrano” com um torpedo convencional de corrida-reta. Essa perda significativa dissuadiu a Força de Superfície argentina de voltar ao mar (Stavridis, 2017, p. 84).

Com efeito, a ARA não conseguiu alcançar o controle marítimo necessário para sustentar sua invasão, apesar das enormes desvantagens geográficas do Reino Unido. Para a Argentina, ficou a lição de que, se suas forças aéreas e submarinas fossem mais capazes ou mais numerosas, ou ambas, o resultado do conflito poderia

---

<sup>80</sup> A Força Organizada é um elemento básico da Estratégia Naval. Ela é assim chamada por estar organizada para enfrentar a força correspondente do inimigo. Para os antigos estrategistas, a Força Organizada era integrada pelos navios capitais, que formavam a linha de batalha, por ocasião dos combates (EGN, 2024).

<sup>81</sup> O Almirante James Stavridis, USN, foi Comandante Supremo Aliado da OTAN e autor renomado em temas de segurança global e geopolítica.

<sup>82</sup> Tradução do pesquisador para o original em inglês: “*The war has been studied by naval strategists and historians and provides a good example of the vulnerability of surface ships in the age of cruise missiles*” (Stavridis, 2017).



ter sido muito diferente. Já a RN percebeu como é difícil defender navios e conseguir o controle do mar, contra adversário moderadamente capaz operando perto de suas bases (White, 2019, p. 101).

Portanto, para refletir sobre uma estratégia marítima para o Brasil no Atlântico Sul, baseado no modelo de arcos concêntricos de Paul Dibb, vamos nos concentrar na defesa do território, ou seja, em como nossas forças navais devem atuar para derrotar um ataque direto.

Dessa forma, devemos considerar os interesses estratégicos<sup>83</sup> brasileiros e as características do nosso ambiente que exercem maior influência sobre o risco estratégico, definido no início deste capítulo, como a probabilidade de um ataque direto ao nosso território.

Inicialmente, é fundamental reconhecer que a defesa dos interesses estratégicos brasileiros poderá adquirir maior relevância nas próximas décadas, à medida que esses interesses se tornarem progressivamente mais vulneráveis. Essa vulnerabilidade crescente decorre da transformação do Sistema Internacional, que está se afastando de uma estrutura, de certo modo, cooperativa e se tornando mais conflitiva, conforme discutido na segunda unidade deste trabalho.

O principal fator que determina a segurança do Brasil é o equilíbrio militar nas águas e no espaço aéreo que circundam diretamente nosso continente, situando-se entre nosso litoral e o Arco da Amazônia Azul. Em última análise, quando todas as outras medidas falham, nossa segurança está intrinsecamente vinculada à capacidade de impedir que um adversário conduza um ataque a partir do mar. Esse, portanto, é o nosso primeiro interesse estratégico.

Nosso segundo interesse estratégico é o equilíbrio militar nas áreas imediatas a partir do Arco da Amazônia Azul, dentro de nosso entorno estratégico, que chamamos de Arco do Atlântico Sul. Nesse aspecto, estamos mais protegidos do que a Austrália, já que a presença estrangeira, embora existente, está bem mais afastada do que no caso australiano. Um país com pontos de apoio<sup>84</sup> próximos às nossas costas terá uma capacidade significativamente maior de derrotar as defesas aéreas e marítimas brasileiras do que um que precise operar a partir de uma distância maior.

---

<sup>83</sup> Nota do Autor: a utilização do termo “Interesses Estratégicos” foi empregado para diferenciar dos “Objetivos Estratégicos” já definidos pela MB na Estratégia de Defesa Marítima (EDM).

<sup>84</sup> Nota do Autor: a utilização do termo “Ponto de Apoio” conforme conceituado pelo Almirante Castex e apresentado na Seção 4.2 deste trabalho.

Portanto, o segundo interesse estratégico do Brasil é negar a qualquer adversário o acesso a pontos de apoio no Arco do Atlântico Sul.

O terceiro interesse estratégico brasileiro concentra-se na região atlântica mais ampla e, especialmente, nas relações com as principais potências da área: EUA, Reino Unido e França. Todas essas nações são potências marítimas atlânticas e são fundamentais para nossa segurança por duas razões. Primeiro, seu peso estratégico lhes confere a capacidade de projetar poder sobre grandes distâncias, o que pode representar ameaça ao Brasil. Em segundo lugar, as relações entre essas potências e com outras potências exógenas moldarão decisivamente a ordem regional mais ampla, determinando se alguma delas tem motivos ou capacidade para nos ameaçar. Consequentemente, o terceiro interesse estratégico do Brasil é monitorar as relações com as potências marítimas da região atlântica.

Por fim, é possível identificar um quarto interesse estratégico em nosso modelo de arcos concêntricos — olhar além do Atlântico para acompanhar o equilíbrio geopolítico global. A segurança do Brasil sempre foi diretamente influenciada pelas ameaças em nível global, devido à necessidade de comércio marítimo seguro, aberto e regado para o seu desenvolvimento econômico. Essa necessidade foi seriamente ameaçada nas crises do século 20, principalmente pela ameaça submarina ao nosso tráfego mercante, o que levou o Brasil a entrar em guerra no Atlântico e na Europa em 1917 e novamente em 1942.

Os interesses estratégicos são priorizados de maneira hierárquica, com cada nível servindo para apoiar o nível superior. O quarto interesse, por exemplo, que se refere a relações estáveis no Sistema Internacional, sustenta o terceiro interesse, que envolve as relações com as potências marítimas da região atlântica. Este, por sua vez, apoia o segundo interesse, que é impedir que potências hostis estabeleçam pontos de apoio no Arco do Atlântico Sul. Finalmente, isso reforça nosso primeiro interesse, que é manter um equilíbrio militar favorável no Arco da Amazônia Azul. Dessa forma, cada interesse é reforçado por aqueles que estão em níveis inferiores na hierarquia concêntrica.

A segurança do Brasil é influenciada por fatores internacionais fora de seu controle, mas o país pode decidir como proteger seus interesses, incluindo o uso de

sua Marinha. Definir metas estratégicas<sup>85</sup> implica fazer escolhas difíceis. Quanto mais ambiciosas forem as metas, mais capaz e cara deve ser a força naval. A definição dessas metas requer abordagem iterativa: primeiro, selecionar metas; depois, identificar as capacidades necessárias e seus custos; e, finalmente, equilibrar os objetivos com a disposição de arcar com os custos ou aceitar os riscos.

A definição de metas estratégicas é essencial para a Estratégia de Defesa de qualquer país e deve ser revisada quando os riscos estratégicos mudam significativamente. Diante do aumento dos riscos, devemos expandir nossas metas e aceitar custos maiores ou conviver com mais riscos. Atualmente, o Brasil precisa redefinir suas metas estratégicas devido às novas circunstâncias no cenário internacional.

A primeira meta estratégica para o Brasil deve ser a defesa independente do território diante da ameaça de uma grande potência, assegurando a capacidade de negar o acesso às nossas áreas litorâneas. Essa constitui, naturalmente, a nossa meta estratégica prioritária.

Em sequência, a segunda meta estratégica seria impedir que um adversário ataque o Brasil a partir de bases próximas. Isso implica que deve ser capaz de negar o uso de pontos de apoio no Arco do Atlântico Sul a qualquer potência adversária, assim como devemos ser capazes de defender o nosso território de forma autônoma.

O Brasil tem interesse estratégico em preservar relações com as potências marítimas da região atlântica. Em situações de agressão significativa a uma potência atlântica ou em caso de conflito generalizado, o país pode sentir a necessidade de se comprometer militarmente. Portanto, como terceira meta estratégica, é prudente que o Brasil esteja preparado para oferecer uma contribuição militar significativa.

O conjunto de metas estratégicas parece, portanto, representar o ponto ideal na curva que equilibra interesses, custos e riscos. Ele também define a linha que separa o peso estratégico de uma potência média do de uma pequena potência. Se nos contentarmos com metas muito modestas, perderemos o peso militar de uma potência média e deslizaremos para as fileiras das pequenas potências.

Para potências médias como o Brasil e a Austrália, o melhor que se pode esperar alcançar em um conflito armado, seja agindo sozinhas ou em coalizão, é

---

<sup>85</sup> Nota do Autor: a utilização do termo “Metas Estratégicas” foi empregado para diferenciar das “Prioridades Estratégicas” já definidas pela MB na Estratégia de Defesa Marítima (EDM).

aumentar os custos e riscos para um adversário a ponto de fazê-lo desistir de realizar operações militares contra nós e nossos interesses estratégicos.

Dessa maneira, a abordagem do Brasil em relação ao uso da força será sempre defensiva no sentido mais amplo. Em outras palavras, nosso objetivo final ao utilizar a força é prevenir ou resistir a ataques, não atacar de forma antecipada. Isso está consubstanciado nas metas estratégicas que adotamos.

De tal maneira que o esforço seria dirigido contra as forças do adversário destacadas em nossa direção. O objetivo seria aumentar os custos e riscos para o oponente, destruindo suas forças à medida que se aproximam do território brasileiro ou do território de um aliado. Os principais alvos de nossas operações seriam, portanto, as plataformas e sistemas usados para projetar poder contra o Brasil.

Com efeito, podemos chamá-la de postura de negação marítima. Não é uma ideia nova e tem muito em comum com a "*Strategy of Denial*" (SOD) proposta pela Austrália, como mostramos no capítulo três. A principal diferença, no entanto, é a distinta percepção da ameaça estratégica na região do Indo-Pacífico comparada à do Atlântico Sul.

Somente uma postura que maximize as vantagens naturais e evite vulnerabilidades óbvias, permitirá ao Brasil alcançar uma capacidade de defesa autônoma no Atlântico Sul. A estratégia de negação marítima é eficaz para a defesa do Brasil, pois neutraliza as forças adversárias à medida que se aproximam das costas, elevando os custos operacionais do adversário e diminuindo os nossos.

Para que a Força de Desgaste, descrita na seção anterior, atinja os efeitos desejados em uma estratégia de negação marítima, é necessário que seja adequadamente dimensionada. Embora seja difícil determinar com precisão o número exato de submarinos necessários, as conclusões apresentadas neste capítulo nos permitem fazer algumas estimativas.

Para derrotar uma tentativa de projeção de poder por mar contra o Brasil, os submarinos da Força de Desgaste precisam representar uma ameaça significativa às plataformas adversárias, especialmente quando se aproximam do continente. Isso exige uma quantidade suficiente de submarinos operando para aumentar a probabilidade de combater um número significativo de navios e convencer o adversário dessa capacidade. Devido à extensão marítima do entorno estratégico brasileiro, dividida entre o Arco da Amazônia Azul e o Arco do Atlântico Sul, com prioridade na defesa das áreas de interesse da Foz do Rio Amazonas, Ilhas

Oceânicas, Bacias Petrolíferas de Santos e Campos, e Elevação do Rio Grande, seria necessário manter constantemente em operação dois submarinos convencionais no arco interno e um SCPN no arco externo.

O tamanho da Força de Desgaste necessária para sustentar a operação contínua dos submarinos depende da disponibilidade dos meios. Em qualquer momento, uma parte significativa da força estará indisponível devido a manutenções ou necessidade de treinamento das tripulações. Além disso, uma proporção considerável dos submarinos disponíveis estará em trânsito entre a sua base e a área de operações. Levando tudo isso em consideração, podemos estimar de forma conservadora que, no máximo, apenas um terço dos meios pode ser mantida em operação contínua.

Portanto, isso implica que precisaríamos de uma Força de Desgaste composta, pelo menos, por seis submarinos convencionais e três SCPN. A estimativa, contudo, não inclui os submarinos que podem ser perdidos devido à ação inimiga, o que pode aumentar significativamente o número necessário. Os números sobre a quantidade de meios podem parecer elevados, mas não deveriam ser surpreendentes. Eles apenas revelam de forma preocupante o que seria necessário para que o Brasil construa a capacidade de se defender de forma independente contra uma potência agressora.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir da proposta de verificar, com base em análise prévia, ensinamentos aplicáveis à Marinha do Brasil, quanto a uma estratégia marítima para o Atlântico Sul, especialmente no emprego dos SCPN, buscamos identificar aspectos da estratégia de defesa australiana que possam ser adaptados ao contexto brasileiro.

Destaca-se, em particular, a relevância da conceituação de ameaça e risco estratégicos. A ameaça estratégica refere-se à possibilidade iminente de um ataque armado a um país por um adversário que possua tanto a capacidade quanto um motivo crível. Por outro lado, o risco estratégico corresponde ao potencial de que tal ameaça se concretize no futuro.

Por sua vez, a geografia é fundamental na concepção de uma estratégia marítima. Os documentos de alto nível da Austrália e do Brasil permitem identificar as

regiões de interesse estratégico de cada país, conhecidas como seus respectivos entornos estratégicos. A extensa área marítima de interesse australiano foi dividida em dois arcos concêntricos a partir do continente: o Arco Malaio e o Arco Indo-Pacífico. O Arco Malaio abrange a área desde o norte da Austrália até o arquipélago malaio, conhecido como "lacuna ar-mar". Mais externamente, o Arco Indo-Pacífico se estende da Baía de Bengala, a oeste, até o Oceano Pacífico, a leste.

De forma similar, dividimos o entorno estratégico brasileiro em dois arcos geográficos. O Arco da Amazônia Azul compreende a área adjacente ao litoral brasileiro, incluindo a Elevação do Rio Grande, as Ilhas Oceânicas, a Foz do Rio Amazonas, a Bacia de Santos e a Margem Equatorial brasileira. A segunda camada, denominada Arco do Atlântico Sul, é mais externa, abrangendo o mar do Caribe, o litoral ocidental da África e a Antártica.

Ao responder nosso questionamento investigativo no capítulo anterior, observamos que a Austrália iniciou recentemente a implementação da "*Strategy of Denial*" (SOD). Nesse contexto, a parceria de segurança trilateral AUKUS desempenha papel fundamental na transformação da Força de Submarinos australiana, permitindo a operação dos SCPN, que são os principais meios navais capazes de negar acesso às áreas de interesse estratégico.

Para melhor compreensão da tarefa de negar o uso do mar, utilizamos os conceitos de dois estrategistas navais contemporâneos: Ian Speller e Milan Vego, de modo a trazer as correspondentes visões atualizadas sobre o assunto.

Para Ian Speller, negar o acesso a áreas marítimas pode ser mais fácil comparado ao controle do mar, com o primeiro sendo um desafio unidimensional e o segundo multidimensional. O debate sobre a negação do mar tem se concentrado no desenvolvimento e proliferação de armas e tecnologias avançadas, que reduzem a liberdade de ação em áreas operacionais. Cada vez mais, atores estatais e não estatais têm acesso a essas armas, permitindo-lhes negar ou atrasar o acesso a regiões específicas (A2) e restringir a liberdade de ação das forças quando chegam ao Teatro de Operações (AD).

Segundo Milan Vego, a negação do mar envolve ações de combate contínuas, conhecidas como disputa ou contestação do controle do mar, que podem ocorrer durante todo o período das hostilidades navais entre dois oponentes. Geralmente, um lado controla algumas partes do Teatro de Operações enquanto o oponente controla as restantes. O controle completo do mar não pode ser alcançado enquanto o

oponente, por mais fraco que seja, continuar existindo e ativo. Para a parte mais fraca, a estratégia essencial na disputa pelo controle do mar é enfraquecer gradualmente as forças navais inimigas. Realizar ações táticas contínuas visa evitar um confronto decisivo e reduzir a força do oponente ao longo do tempo.

Para responder à questão diagnóstica apresentada e desenvolver uma estratégia marítima no Atlântico Sul, baseada no modelo de arcos concêntricos, é essencial concentrar-se na defesa territorial. Isso implica determinar como a MB deve agir para repelir um ataque direto, considerando os interesses estratégicos do Brasil e as características do ambiente que influenciam o risco estratégico.

Os quatro principais interesses estratégicos, classificados por ordem de prioridade, são: impedir que um adversário realize ataque proveniente do mar; negar a qualquer adversário o acesso a pontos de apoio situados no Arco do Atlântico Sul; monitorar as relações com as potências marítimas da região atlântica, bem como acompanhar o equilíbrio geopolítico global.

Para alcançar os interesses, temos as metas estratégicas que são defender o nosso território de forma independente face à ameaça de uma grande potência, preservando nossa capacidade de negar o acesso às nossas áreas litorâneas; impedir que um adversário ataque o Brasil a partir de pontos de apoio próximos e estar preparado para oferecer contribuição militar significativa dentro de uma coalizão.

As metas estratégicas equilibram interesses, custos e riscos. Metas excessivamente modestas resultariam na perda do peso militar característico de uma potência média, rebaixando o país à categoria de pequena potência. Para potências médias como Brasil e Austrália, o objetivo em um conflito armado é elevar os custos e riscos para o adversário a ponto de fazê-lo desistir de continuar com as operações militares.

Ademais, a postura do Brasil quanto ao uso da força deve ser essencialmente defensiva, visando prevenir ou resistir a ataques, em vez de atacar antecipadamente. Nesse sentido, o Brasil deve adotar uma estratégia de negação marítima, focando em destruir as forças adversárias à medida que se aproximam do território brasileiro ou de um aliado. Tal abordagem, similar à SOD proposta pela Austrália, maximiza as vantagens naturais e evita vulnerabilidades, permitindo ao Brasil alcançar uma capacidade de defesa autônoma no Atlântico Sul.

Para neutralizar uma projeção de poder marítimo contra o Brasil, é essencial que os submarinos representem ameaça significativa às plataformas adversárias,

engajando-as o mais distante possível do continente. Assim, a Força de Desgaste assume um papel central na estratégia de negação marítima, e para que essa estratégia seja eficaz, é imprescindível que ela seja dimensionada de maneira adequada.

Devido à extensão marítima do entorno estratégico brasileiro, dividida entre o Arco da Amazônia Azul e o Arco do Atlântico Sul, é necessário manter em operação contínua dois submarinos convencionais no arco interno e um SCPN no arco externo. Considerando fatores como manutenção, adestramento e trânsito, apenas um terço dos meios pode ser mantido em operação contínua. Portanto, seria necessária uma Força de Desgaste composta por seis submarinos convencionais e três SCPN. Os números, aparentemente elevados, revelam o que é necessário para que o Brasil construa a capacidade de defender-se de forma independente contra uma potência agressora.

Com isso, após verificar o surgimento de uma nova Estratégia da Contenção conduzida pelos EUA e seus aliados em resposta à assertividade chinesa na região do Indo-Pacífico (capítulo dois), destacamos a importância da parceria trilateral de segurança AUKUS, que permitirá à Força de Submarinos australiana operar SCPN. Tal medida viabiliza a implementação da “*Strategy of Denial*” (SOD), fortalecendo a capacidade de negar acesso a áreas específicas (capítulo três). Por fim, apresentamos reflexões para uma estratégia marítima no Atlântico Sul, considerando os desafios e oportunidades para o Brasil em construir sua capacidade de defesa marítima independente e eficaz.



## 5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar no âmbito da Nova Estratégia da Contenção, a estratégia de defesa marítima australiana no contexto da parceria de segurança trilateral AUKUS, a partir da segunda década do século 21. Para alcançar esse objetivo, investigamos e compreendemos tanto a Nova Estratégia da Contenção quanto a parceria AUKUS, e, por fim, identificamos reflexões e ensinamentos aplicáveis à Marinha do Brasil sobre a estratégia de uso de submarinos nucleares no Atlântico Sul. Nesse processo, adotamos a metodologia dedutiva, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

Ao longo deste trabalho, as considerações parciais apresentadas ao final de cada capítulo desempenharam importante papel na construção e na compreensão progressiva dos temas abordados. Elas permitiram sintetizar os pontos principais, conectando de forma clara e coerente as partes do estudo ao objetivo da pesquisa. Dessa forma, tais considerações parciais prepararam o leitor para compreensão integral das conclusões finais.

Assim, no capítulo dois, começamos com uma análise da Estratégia da Contenção, com ênfase nas ideias apontadas por George Kennan, em 1947. Durante a Guerra Fria, essa estratégia foi essencial para a política externa dos Estados Unidos garantir sua segurança nacional. Kennan sustentava que a URSS representava uma ameaça expansionista, defendendo uma política de contenção que evitasse conflitos diretos e resistisse ao avanço soviético por meio de medidas não combativas, assistência econômica e alianças militares.

Constatamos, também, mudança significativa na dinâmica do poder global, em que a competição está substituindo a cooperação. Nas últimas duas décadas, a crescente assertividade da China transformou-a em potência dominante no Indo-Pacífico. A ascensão econômica e o crescente poder militar da China aumentaram as tensões na região. Enquanto os EUA mantêm sua hegemonia no hemisfério ocidental, eles se esforçam para conter a influência chinesa no hemisfério oriental. A rivalidade entre as potências econômicas globais está moldando o cenário internacional.

Identificamos o surgimento da Nova Estratégia da Contenção que envolve a adaptação de elementos diplomáticos, militares e econômicos para assegurar controle e influência pelos EUA em áreas geopolíticas estratégicas. As medidas diplomáticas fortalecem alianças e parcerias, enquanto o componente militar dissuade ameaças e

protege interesses estratégicos. Economicamente, a ajuda financeira, os investimentos e as sanções são usados para moldar comportamentos e obter vantagens geoeconômicas. Logo, a Nova Estratégia da Contenção reflete, principalmente por meio de parcerias estratégicas, a continuidade e evolução das ideias de Kennan, adaptando-se aos desafios contemporâneos.

Posteriormente, no capítulo três, analisamos a parceria de segurança trilateral AUKUS, estabelecida no segundo semestre de 2021, entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos. A iniciativa estratégica visa conter a marinha chinesa e evitar sua hegemonia no Indo-Pacífico. As implicações militares diretas, especialmente para com a introdução de submarinos nucleares pela AUKUS, intensificam o dilema de segurança regional e têm o potencial de desencadear uma corrida armamentista na área.

O crescimento militar da China tem desafiado a influência marítima dos EUA, alterando a dinâmica estratégica da Ásia e questionando a futura dominância dos EUA. A Austrália, tradicionalmente dependente de aliados para a própria defesa, agora precisa reavaliar sua segurança e desenvolver meios próprios de proteção. A expansão do poder chinês no Indo-Pacífico destaca a importância de fortalecer suas próprias capacidades defensivas para garantir segurança e soberania.

Como vimos, os documentos "*Defence White Paper 2016*", "*National Defence: Defence Strategic Review 2023*" e "*National Defence Strategy 2024*" promoveram uma revisão abrangente das estratégias de defesa australianas, em resposta às mudanças significativas no ambiente estratégico na região do Indo-Pacífico. Como resultado, as FDA iniciaram uma reestruturação focada no fortalecimento da Força de Submarinos, medidas essenciais para adaptar a defesa do país aos desafios emergentes e às novas dinâmicas de segurança global. Os documentos destacaram a urgência de uma mudança estratégica nas FDA, recomendando a adoção da "*Strategy of Denial*" (SOD).

Verificamos que a SOD australiana visa dissuadir potenciais adversários de tomarem ações hostis aos interesses e à estabilidade do país, alterando a percepção dos adversários sobre o custo aceitável para alcançar suas ambições por meios militares. Para alcançar esses fins, a SOD possui três objetivos principais: moldar o ambiente estratégico da Austrália, impedir ações contra seus interesses e responder com força militar quando necessário.

Para cumprir o objetivo marítimo da SOD, a RAN precisa passar por significativa reestruturação em comparação com sua estrutura atual, que foi concebida principalmente para o controle do mar e a projeção de poder em apoio à USN. No entanto, essa abordagem não se alinha mais com os objetivos de uma força naval mais integrada e focada. Portanto, o requisito principal é o desenvolvimento de uma Marinha orientada para operações de negação do mar.

Por isso, enquanto os EUA e o Reino Unido veem na AUKUS um instrumento de contenção à assertividade chinesa, a Austrália percebe a parceria como forma de implementar a SOD, permitindo que a RAN tenha acesso privilegiado a tecnologias avançadas, especialmente em capacidades submarinas. Os SCPN desempenharão papel primordial, atacando meios adversários fora do alcance das forças aéreas e mísseis baseados no continente, contribuindo para uma defesa em camadas.

No último capítulo do desenvolvimento, com base na análise prévia, buscamos identificar aspectos da estratégia de defesa australiana que possam ser adaptados ao contexto brasileiro quanto a uma estratégia marítima para o Atlântico Sul, especialmente no emprego dos SCPN.

Em particular na questão geográfica, os documentos de alto nível da Austrália e do Brasil permitem identificar as regiões de interesse estratégico de cada país, conhecidas como seus respectivos entornos estratégicos. A extensa área marítima de interesse australiano foi dividida em dois arcos concêntricos a partir do continente: o Arco Malaio e o Arco Indo-Pacífico. De forma análoga, o espaço marítimo do entorno estratégico brasileiro também foi dividido em dois arcos geográficos: o Arco da Amazônia Azul e o Arco do Atlântico Sul.

Com isso, ao desenvolver uma estratégia marítima para o Atlântico Sul baseada no modelo de arcos concêntricos, é essencial concentrar-se na defesa territorial. Isso implica determinar como a MB deve agir para repelir um ataque direto por potência militar, considerando os interesses estratégicos do Brasil. Tais interesses, em ordem de prioridade, são: impedir que um adversário realize um ataque proveniente do mar, negar a qualquer adversário o acesso a pontos de apoio situados no Arco do Atlântico Sul, monitorar as relações com as potências marítimas da região atlântica e acompanhar o equilíbrio geopolítico global.

Consequentemente, estabelecemos metas estratégicas que equilibram os interesses citados, os custos e os riscos. As metas seriam defender o território de forma independente contra ameaças de grandes potências, impedir que um

adversário ataque o Brasil a partir de bases próximas e estar preparado para oferecer contribuição militar significativa dentro de uma coalizão militar.

Assim sendo, o Brasil deve adotar uma estratégia de negação marítima, mantendo postura defensiva no uso da força em nível estratégico. No entanto, em níveis operacional e tático, deve adotar mentalidade ofensiva, focando na destruição das forças adversárias na medida em que se aproximam do território. Tal abordagem, maximiza as vantagens naturais e evita vulnerabilidades, de modo a permitir ao Brasil alcançar uma capacidade de defesa autônoma no Atlântico Sul.

Por fim, a Força de Desgaste assume um papel central na estratégia de negação marítima, sendo imprescindível que ela seja dimensionada de maneira adequada. Considerando a vasta extensão dos arcos concêntricos da Amazônia Azul e do Atlântico Sul, faz-se necessário manter dois submarinos convencionais no arco interno e um SCPN no arco externo em operação contínua. Ao considerar fatores logísticos e de adestramento, apenas um terço dos meios pode ser mantido continuamente em operação. Portanto, para atender aos interesses estratégicos, seriam necessários, a princípio, seis submarinos convencionais e três SCPN, para garantir a defesa independente do Brasil contra uma potência agressora.

Devido à limitação do objeto de estudo, com o objetivo de aprofundar a análise, dois aspectos importantes da parceria trilateral de segurança AUKUS não foram abordados neste trabalho e merecem atenção em futuras pesquisas. O primeiro diz respeito às questões relacionadas à proliferação nuclear, ainda que voltada para a propulsão naval. O segundo aspecto refere-se ao "Pilar AUKUS II", que envolve a assimilação de tecnologias emergentes e disruptivas, como cibernética, inteligência artificial, guerra eletrônica, mísseis hipersônicos e tecnologias quânticas.

Ao encerrar este trabalho, espera-se que suas conclusões, à luz de estratégias contemporâneas, contribuam para o entendimento das relações internacionais em um contexto global, especialmente no que tange aos aspectos da guerra naval moderna. Além disso, almeja-se que o presente estudo possa contribuir para a reflexão e o aperfeiçoamento da concepção estratégica do Brasil em seu domínio marítimo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João. **A Territorialização dos Oceanos e o Direito Internacional: Uma Análise da UNCLOS**. Rio de Janeiro: Editora Marítima, 2020. 345 p.

ARMY UNIVERSITY PRESS. **China Contemporânea**. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeirotimestre-2020/China-Contemporanea/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS. **Association of Southeast Asian Nations**. Disponível em: <https://asean.org/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. **Defence White Paper 2016**. Camberra, AU. 2016. 189 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/defence-white-paper>. Acesso em: 06 mai. 2024.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. **National Defence: Defence Strategic Review 2023**. Camberra, AU, 2023. 112 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/reviews-inquiries/defence-strategic-review>. Acesso em: 06 mai. 2024.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. **National Defence Strategic 2024**. Camberra, AU. 2024. 76 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2024-national-defence-strategy>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. Nova York: Basic Books, 1998. 240p.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. London: Lunne Rienner Publishers, 1998. 237p.

CHINA. **Wang Yi: The U.S. Indo-Pacific Strategy is Bound to Be a Failed Strategy**. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 2022. Disponível em: [http://id.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/t20220523\\_10691136.html](http://id.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/t20220523_10691136.html). Acesso em: 07 abr. 2024.

CHENG, Manqing. **AUKUS: the changing dynamic and its regional implications**. 2022. European Journal of Development Studies. Disponível em: <https://www.ej-develop.org/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

CHUNG, Chris P. C. **Drawing the U-Shaped Line: China's Claim in the South China Sea**. Sage Publications, Modern China, Vol. 42, No. 1, 2016, pp. 38-72. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/24575879>/ Acesso em: 03 abr. 2024.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL – EGN. **Noções de Estratégia Naval**. Nota de Aula – 16202. 2024. 146p.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL – EGN. **Princípios de Estratégia Marítima: o Poder Marítimo em ação**. Nota de Aula – 16201. 2022. 90p.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Encyclopaedia Britannica**, 2024a. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Manchuria/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Encyclopaedia Britannica**, 2024b. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Kashmir-region-Indian-subcontinent/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Encyclopaedia Britannica**, 2024c. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Malay-Archipelago>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Operational Access Concept (JOAC)**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2012. 75 p. Disponível em: [https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC\\_Jan%202012\\_Signed.pdf](https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf). Acesso em: 10 mai. 2024.

FERREIRA, Renato R. **Operações Navais no Século XXI**: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. Rio de Janeiro, 2011. 181p.

FRIEDMAN, George. **AUKUS in 2024**. Geopolitical Futures, 2024. Disponível em: <http://geopoliticalfutures.com>. Acesso em: 18 abr. 2024.

GADDIS, John Lewis. **Strategies of Containment**: A Critical Appraisal of American National Security policy during the Cold War. 2 ed. rev. New York: Oxford, 2005. 484p.

HENNESSY, Peter; JINKS, James. **The Silent Deep**: The Royal Navy Submarine Service since 1945. Londres: Penguin Random House UK, 2015. 823p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas Geográfico Escolar - Países-Membros do G20**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/mundo/espaco-economico/blocos-economicos/22058-paises-membros-do-g20>. Acesso em 05 jul. 2024.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 383p.

KENNAN, George F.; MEARSHEIMER, John J. **American Diplomacy**: sixtieth anniversary expanded edition with a new introduction by John J. Mearsheimer. Chicago: The University of Chicago, 2012. 223p.

LIJIAN, Zhao. **Foreign Ministry Spokesperson Zhao Lijian's Regular Press Conference on September 22**, Embassy of the People's Republic of China in the Commonwealth of Australia. 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202109/1234459.shtml>. Acesso em 18 abr. 2024.

LOCKYER, Adam. **Australia's Defence Strategy: Evaluating Alternatives for a Contested Asia**. Melbourne: Melbourne University Publishing, 2017. 332 p.

MARINHA DO BRASIL – MB. **Estratégia de Defesa Marítima (EDM)**. Brasília, 2023a. 49p.

MARINHA DO BRASIL – MB. **Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM)**. Brasília, 2023b. 50p.

MARINHA DO BRASIL – MB. **Plano Estratégico da Marinha 2040**. PEM 2040. Brasília, 2020, 88p. Disponível em: <http://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MAGNOLI, Demétrio. **O Grande Jogo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 271p.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Sernise. **O Leviatã Desafiado**: 1946-2001. Rio de Janeiro: Record, 2013. 541p.

MEDCALF, Rory. **Summary of Rory Medcalf's Indo-Pacific Empire**. Oxford: Everest Media, 2020. 51p.

MEDIUM. **Some Maps of Indo-Pacific**. Disponível em: <https://medium.com/indo-pacific-geomill/some-maps-of-the-indo-pacific-f83204c58031>. Acesso em: 28 jun. 2024

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001. 592p.

MINGST Karen A.; ARREGUÍN-TOFT Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 590p.

NACIMENTO, Lucas Gualberto; PIRES, Marcos Cordeiro. The Indo-Pacific Geostrategy and the Quad: The Pacific Century and China-USA disputes. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**. Universidade Estadual da Paraíba. v.17, n. 1 (2023), jan. – jun. 2023.

NATIONAL WAR COLLEGE. **National War College**. Disponível em: <https://nwc.ndu.edu/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

NATIONSONLINE. **Map of Australia**. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/australia-political-map.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NAVAL WAR COLLEGE. **Naval War College**. Disponível em: <https://usnwc.edu/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. **O que é a OTAN?** Disponível em: [https://www.nato.int/nato-welcome/index\\_pt.html/](https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html/). Acesso em: 08 abr. 2024.

Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. **NATO 2030**. 2021. Madri. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2021/6/pdf/2106-factsheet/nato2030-en.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/6/pdf/2106-factsheet/nato2030-en.pdf) /. Acesso em: 08 abr. 2024.

Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN. **NATO 2022 Strategic Concept**. 2022. Bruxelas. Disponível em: <https://www.nato.int/strategic-concept/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

PMS IAF. **Ten-Dash Line, Nine-Dash Line and Overlapping Claims in the South China Sea**. Disponível em: <https://www.pmfias.com/ten-dash-line-and-nine-dash-line/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Nova Geopolítica da Contenção: A estratégia geopolítica dos EUA na segunda década do Século XXI. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**. Universidade Estadual da Paraíba. v.14, n. 2 (2023), jul. – dez. 2023.

ROYER, Pierre. **Géopolitique des Mers e des Océans**: qui tient la mer tient le monde. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. 203 p.

SILVA, Maria. **Infraestruturação dos Oceanos**: Tecnologias e Sustentabilidade no Ambiente Marinho. Lisboa: Editora Oceanus, 2019. 280 p.

SPELLER, Ian. **Understanding Naval Warfare**. 3. ed. Londres e Nova York: Routledge/Taylor and Francis Group, 2024. 253p.

STAVRIDIS, James. **Sea Power**: the history and geopolitics of the world's oceans. Nova York: Penguin Press, 2017. 363 p.

SVECHIN, Alexander. **Strategy**. 1. ed em inglês. Minneapolis: East View Publications, 1992. 738 p.

THE DIPLOMAT. **First Island Chain**. Disponível em: <https://thediplomat.com/tag/first-island-chain/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**: Administration of Barack Hussein Obama. 2010. Washington, D.C. Disponível em: [http://obamawhitehouse.archives.gov/sites/national\\_security\\_strategy](http://obamawhitehouse.archives.gov/sites/national_security_strategy). Acesso em: 05 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **Interim National Security Strategy Guidance**. 2021a. Washington, D. C. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **Quad Leaders' Joint Statement**: "The Spirit of the Quad". 2021b. Washington, D. C. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/12/quadleaders-joint-statement-the-spirit-of-the-quad/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announcing the Creation of AUKUS**. 2021c. Washington, D. C. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aukus/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy**. 2022a. Washington, D.C. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/uploads/2022/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy.2022.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.



THE WHITE HOUSE. **Statement on Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity**. 2022b. Washigton, D.C. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/05/23/statement-on-indo-pacific-economic-framework-for-prosperity/>. Acesso em: 07 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **Fact sheet: Implementation of the Australia – United Kingdom United States Partnership (AUKUS)**. 2022c. Washigton, D.C. Disponível em: [<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/04/05/fact-sheet-implementation-of-the-australia-united-kingdom-united-states-partnership-Aukus/>]. Acesso em: 18 abr. 2024.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4. ed. Londres: Routledge/Taylor and Francis Group, 2018. 456p.

US NAVY. **India Hosts Japan, Australia, U.S. in Naval Exercise MALABAR 2020**. 2020. Washigton, D.C. Disponível em: <https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/2402780/india-hosts-japan-australia-us-in-naval-exercise-malabar-2020/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

VEGO, Milan. **Maritime Strategy and Sea Denial: theory and practice**. Londres: Routledge/Taylor and Francis Group, 2019. 328p.

WEDIN, Lars. **Estratégias Marítimas no Século XXI: a contribuição do Almirante Castex**. Rio de Janeiro: EGN, 2015. 235p.

WHITE, Hugh. **How to defend Australia**. Melbourne: La Trobe University Press. 2019, 211p.

WINTON, Tim. **Land's Edge: a coastal memoir**. Sydney: Macmillan, 1993. 126 p.

## APÊNDICE A – As “sete virtudes letais” dos SCPN

Segue abaixo, tabela com as descrições das “sete virtudes letais” encontradas na obra *“The Silent Deep: The Royal Navy Submarine Service since 1945”*, dos autores Peter Hennessy e James Jinks:

| VIRTUDE                 | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Flexibilidade</b>    | Mudar de configuração quase instantaneamente, sem necessidade de reconfiguração ou mudanças de equipamento ou pessoal. Nenhum arranjo adicional deve ser necessário para dar suporte à Defesa Nacional                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Mobilidade</b>       | Desenvolver altas e constantes velocidades por longos períodos, de maneira independente da superfície e sem necessidade de suporte logístico. A mobilidade permite que, a uma velocidade de 20 nós, o submarino navegue 480 milhas por dia, se necessário, permitindo integrar um Grupo Tarefa para fornecer o apoio necessário                                                                                                                     |
| <b>Discrição</b>        | Operar de forma independente da superfície, mesmo sob ameaça inimiga, independentemente de quem controla a área marítima ou possui superioridade aérea. A discrição do submarino garante que sua presença represente uma ameaça coercitiva significativa, que não deve ser subestimada                                                                                                                                                              |
| <b>Permanência</b>      | Operar sem necessidade de apoio externo, mesmo diante de mudanças na situação em uma determinada área. Todo o suporte à vida pode ser provido a bordo de maneira contínua. Em combinação com a mobilidade e a discrição, a permanência permite grandes alcances e uma flexibilidade significativa para garantir opções políticas e militares no planejamento e execução de operações. As únicas limitações são os suprimentos, víveres e armamentos |
| <b>Alcance</b>          | Garantir ao Poder Naval acesso a vastas áreas marítimas. O SCPN expande esse conceito, permitindo a exploração completa do ambiente, incluindo áreas inacessíveis a outras forças e regiões limítrofes, como sob a calota polar. Isso proporciona uma variedade de opções de emprego no tempo e local escolhidos, desde uma simples presença até operações atrás das linhas inimigas, independentemente de quem domina o espaço de batalha          |
| <b>Autonomia</b>        | Operar sozinho e sem suporte de direção e comando, de acordo com o antecipado nas Regra de Engajamento. O SCPN é capaz de prover autoproteção e ofensividade sem assistência de outras unidades                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Poder de Combate</b> | Atingir o Centro de Gravidade do inimigo que será fornecido por meio de dados de inteligência e localizações precisas contra alvos em terra, utilizando mísseis de cruzeiro, ou contra unidades de alto valor no mar, empregando torpedos                                                                                                                                                                                                           |

Fonte: Hennessy; Jinks, 2015, p. 601-603.

## ANEXOS

### ANEXO A – Primeira Cadeia de Ilhas



Fonte: ARMY UNIVERSITY PRESS, 2024.

### ANEXO B – Linha de Nove traços



Fonte: PMS IAF, 2024.

### ANEXO C – Mapa da Austrália



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de imagem original NATIONSONLINE, 2024.

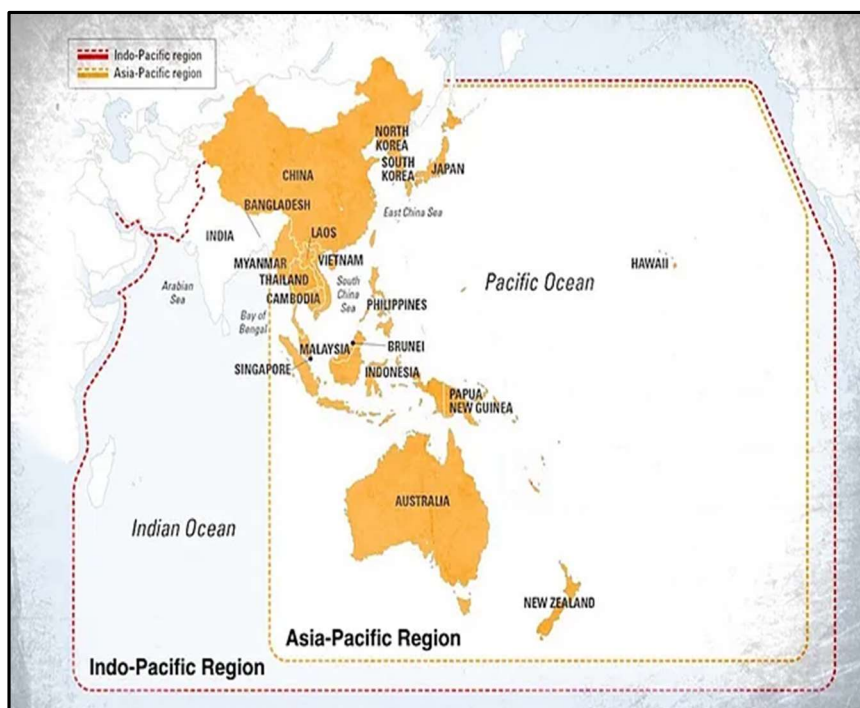
### ANEXO D – Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: MB, 2020.



## ANEXO E – Entorno Estratégico Australiano



Fonte: MEDIUM, 2024.

## ANEXO F – Arquipélago Malaio



Fonte: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2024c.

**ANEXO G - Arco da Amazônia Azul e Arco do Atlântico Sul**

Legenda: 1 – Arco da Amazônia Azul e 2 – Arco do Atlântico Sul  
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de imagem original IBGE, 2024.